

Norberto Moro

**O PAPEL DAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS NA LUTA PELA
MATERIALIZAÇÃO DOS SEUS DIREITOS SOCIAIS NAS
COMUNIDADES DO MONTE SERRAT E ALTO DA CAIEIRA**

Monografia apresentada ao Programa
de Pós-Graduação da Faculdade Cató-
lica de Santa Catarina para a obtenção
do Grau de Especialista em Doutrina
Social da Igreja na realidade brasileira.
Orientador: Prof. Msc. Vilmar Dal Bó
Maccari

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada com o auxílio da
Biblioteca Dom Afonso Niehues da FACASC

MORO, Norberto.

O papel das principais lideranças na luta pela materialização dos direitos sociais nas comunidades do Monte Serrat e Alto da Caieira./ Norberto Moro; orientador, Vilmar Dal Bó Maccari - Florianópolis, SC, 2016. 96 p.

Monografia – Faculdade Católica de Santa Catarina. Especialização em Doutrina Social da Igreja na realidade brasileira.

Inclui referências

1. DSI. 2. Comunidade. 3. Justiça.

Norberto Moro

**O PAPEL DAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS NA LUTA PELA
MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS
COMUNIDADES DO MONTE SERRAT E ALTO DA CAIEIRA**

Esta Monografia foi julgada adequada para obtenção do título de Especialista em Doutrina Social da Igreja na realidade brasileira e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação da FACASC.

Florianópolis, 24 de outubro de 2016.

Prof. Msc. Raphael Novaresi Leopoldo
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Prof. Msc. Vilmar Dal Bó Maccari
Coordenador do Curso de Especialização em
Doutrina Social da Igreja na realidade brasileira

Prof. Msc. Vilmar Dal Bó Maccari
Orientador
FACASC

Este trabalho é dedicado aos homens e
mulheres de boa vontade que lutam
por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

A Jesus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. E às lideranças que entrevistadas por sua resiliência cotidiana exemplar.

Todos temos o direito à terra, a moradia e ao trabalho.

(Papa Francisco, 2015)

Não espere por grandes líderes; faça você mesmo, pessoa a pessoa. Seja leal às ações pequenas porque é nelas que está a tua força.

(Santa Teresa de Calcutá)

Não consideramos ter o direito de julgar os ricos. Não é uma luta de classes o que desejamos, mas um encontro entre as classes, encontro no qual o rico salva o pobre e o pobre salva o rico.

(Santa Teresa de Calcutá)

RESUMO

Este trabalho apresenta as lideranças do Maciço do Morro da Cruz, especificamente das comunidades de Monte Serrat e Alto da Caieira, e sua vida pautada no seguimento de Jesus com uma agenda diária de uma práxis libertadora (ver, julgar, agir e celebrar com alegria), para a superação dos graves problemas sociais enfrentados. Partindo de uma abordagem social da pobreza e da caridade, este trabalho deter-se-á na questão "periferia", a qual, já estudada e pesquisada por outros trabalhos aqui citados o que facilitou um entendimento mais rápido e maior pelo assunto aqui abordado. Fortalecidos na fé protetora da Nossa Senhora do Monte Serrat, nessas comunidades pôde-se perceber a busca da caridade efetiva, isto é, uma ação conjunta de uma nova política com "P" maior, ou seja, com foco no bem comum para a superação de seus problemas. Alegria, partilha e resiliência são a trindade das virtudes que prevalece nestes líderes: Dona Tereza, Dona Darcy e Seu Teco. Os três são exemplos e representam a esperança de se chegar a um mundo mais solidário e justo. Sempre disponíveis para conversas com este escriba a qualquer hora para resgatar a memória destas suas lutas diárias, algumas vitoriosas outras ainda em construção, mas nunca com desânimo. Dificuldades estas centradas no drama da pobreza e a da ignorância (vizinha da maldade como dizia o poeta e cantor Renato Russo), problemas diários das comunidades ignoradas ainda em seus anseios maiores pelos poderes instituídos. A DSI tem um foco mais amplo em se saber quais as relações humanas e como essas relações ocorrem para se entender profundamente as causas da pobreza e da miséria. Numa palavra, qual o grau de oportunidade efetiva é levado a todas as classes sociais como o acesso à liberdade, à justiça e, principalmente, à ascensão social tão sonhada? A radicalidade aqui imposta é saber por que o pobre é pobre e de modo geral a DSI vai denunciar que esta situação é de uma extrema injustiça.

Palavras-chave: Doutrina Social da Igreja. Comunidade. Justiça.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista da cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina.	39
Figura 2 – Localização do Maciço do Morro da Cruz no Centro de Florianópolis	43
Figura 3 – Localização das diversas comunidades no Maciço do Morro da Cruz	43
Figura 4 – Cortiços nos anos de 1910 e, em segundo plano, os morros ainda pouco habitados	48
Figura 5 – Desfile da escola de samba Embaixada Copa Lord em 2013	54
Figura 6 – Fotografia da comunidade Monte Serrat na década de 50	71
Figura 7 – Fotografia da bênção na fundação da escola de samba Copa Lord	72
Figura 8 – Imagem representativa da Escrava Anastácia, castigada a usar uma máscara de ferro por toda a vida	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAC – Associação de Moradores do Alto da Caieira
BNH – Banco Nacional de Habitação
CCEA – Centro Cultural Escrava Anastácia
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DSI – Doutrina Social da Igreja
EEB – Escola de Educação Básica
FACASC – Faculdade Católica de Teologia
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIP – Fundação Israel Pinheiro
Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
ITESC – Instituto Teológico de Santa Catarina
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
SESP – Secretaria Estadual de Serviços Públicos
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 FUNDAMENTOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA	21
2.1 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA	21
2.2 PRINCÍPIOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA.....	23
2.3 FUNDAMENTOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA	26
2.4 DIREITOS SOCIAIS CONSTITUCIONAIS	29
2.5 A DSI E AS COMUNIDADES EMPOBRECIDAS.....	30
3 O MONTE SERRAT E ALTO DA CAIEIRA: UM PEDACINHO DE TERRA ESQUECIDO NA ILHA	39
3.1 A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS	39
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ	42
3.3 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DESTAS COMUNIDADES	44
3.4 HISTÓRICO DE LUTAS NA SUPERAÇÃO DOS MUROS OCULTOS	52
3.4.1 Fundação da escola de samba pela comunidade.....	53
3.4.2 Mutirões.....	55
3.4.3 O papel da mulher, em especial, da mulher negra, na resistência às adversidades: o exemplo de Dona Catarina Barbosa.....	57
4 O GRITO QUE VEM DA PERIFERIA: A LUTA PELA MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS.....	61
4.1 O TESTEMUNHO DE DONA TEREZA RIBEIRO: COMUNIDADE ALTO DA CAIEIRA.....	61
4.2 O TESTEMUNHO DE DONA DARCY VITÓRIA DE BRITO: COMUNIDADE DO MONTE SERRAT	64
4.3 O TESTEMUNHO DE SEU TEECO: COMUNIDADE DO MONTE SERRAT	72
4.4 A MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS.....	76
4.4.1 Da luta de Dona Tereza Ribeiro.....	76
4.4.2 Da luta de Dona Darcy Vitória de Brito	81
4.4.3 Da luta de Seu Teco	85
5 CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

No sentido de tentar resolver as questões sociais de uma sociedade embebida das suas contradições cotidianas, onde uma minoria é detentora de todas as “bênçãos” de bens materiais e espirituais, enquanto, outros, a maioria, “os não abençoados”, tem acesso mínimo a estes bens, a Doutrina Social da Igreja – DSI, além de mostrar esta realidade de injustiça também aponta caminhos ou aconselhamentos vindos dos Evangelhos de Jesus e de Jesus ressuscitado. Aqui a grande promessa de libertação definitiva para todos os homens de boa vontade. Mas esta perspectiva futura de plenitude total - a vivência no Reino de Deus, só a teremos se olharmos as exigências evangélicas desafiadoras a serem construídas aqui e agora, à luz da fé. Prática cristã desafiadora, pois tem no mandamento de amor ao próximo, a sinergia vital de libertação entre os homens, tanto para ricos e pobres, e, aí sim, implementadas ações sociais nesta essência cristã, chegaremos a uma prática social libertadora, com oportunidades realmente mais igualitárias a todos e consequentemente uma convivência mais harmoniosa entre todos.

A igreja entende que a libertação integral da pessoa humana passa pelo relacionamento com Deus, a partir de sua referência a Deus, com a fé e a razão unidas em busca das sapiências advindas da DSI. Ela utiliza recursos de sabedoria da igreja nestes seus dois mil anos de existência e das ciências humanas (a filosofia, a economia, as ciências sociais, entre outras), mas ao mesmo tempo forma seu juízo de valor sob o ponto de vista moral, ético, na luz da fé no seguimento de Jesus para uma verdadeira transformação da sociedade atual.

Em síntese, a DSI tenta tornar atualizada a dimensão social do Evangelho para os diferentes desafios da realidade social, cultural, política, cultural e econômica, onde o magistério da igreja, crendo na inspiração do Espírito Santo, procura captar e adaptar a mensagem de Jesus para as situações dinâmicas mais diversas da nossa atual sociedade. É a Palavra de Deus atualizada para os dias de hoje principalmente para aquelas situações sociais de pobreza de maior risco.

Como São Paulo apóstolo afirma que a caridade ou amor ao próximo – aqui ressaltando amor inteligente e crítico – é a maior das virtudes a ser praticada. Mas é importante ressaltar que esta ação deve caminhar para a promoção da vida e da dignidade do ser humano definitivas. Aqui o destaque para *a política entre os homens como caridade efetiva* para libertar o homem tanto no campo da pobreza material como da pobreza espiritual., olhar o homem na sua totalidade, é o que afirma

com clareza a DSI nos documentos da Igreja e da CNBB, pensadores leigos e teólogos.

Estes desafios exigem um maior compromisso da igreja com a verdade e clareza máxima de sua missão libertadora testemunhada no dia a dia. Uma igreja pobre ao lado dos pobres e sofridos, sempre com um diálogo fraterno com os outros credos, o respeito à inculturação dos povos, numa palavra, uma igreja em um processo dinâmico e permanente de evangelização a tal ponto que as questões culturais, políticas, sociais sejam lidos e discernidos a partir do testemunho vivido por Jesus.

Em consonância com os ensinamentos sociais da Igreja, o presente trabalho monográfico, intitulado *O papel das principais lideranças na luta pela materialização dos seus direitos sociais nas comunidades do Mont Serrat e Altos da Caieira* tem como objetivo resgatar a história de homens e mulheres que, tomados pelo espírito de verdade e da justiça, contribuíram pela efetivação dos direitos sociais em comunidades empobrecidas do município de Florianópolis. No segundo capítulo, será apresentada a fundamentação da DSI. No terceiro capítulo, a história resumida da ocupação do morro do Maciço da Cruz, a luta das mulheres pelos direitos sociais e finalizando no capítulo quatro com o testemunho das lideranças que contribuíram para a materialização dos direitos sociais destas duas comunidades. A luz da presente pesquisa destaca-se a importância das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs.

Inspirados em textos de radicalidade DSI, fiéis católicos de consciência crítica transformadora e parte do clero mais progressista da igreja, leia-se com capacidade ainda de se indignar com esta realidade social injusta, desenvolveram a quatro mãos a Teologia da Libertação. Esta teologia materializou a esperança do bem comum na América Latina, esperança esta que vem do Concílio Vaticano II e das grandes conferências episcopais Latino-Americanas como a de Medellín (Colômbia) em 1968, Puebla de Los Angeles (México) em 1979, Santo Domingo (República Dominicana) em 1992 e de Aparecida em 2007, tendo como foco maior uma igreja que se faz com o povo e de um povo oprimido com rosto do negro, do caboclo e do indígena.

Para Pe. Wilson Groh, a igreja é impulsionada pela releitura bíblica e pela força profética das CEBs, na concretização do reino de Deus através das lutas do povo sofrido pela injustiça social. Passar de uma igreja sacramental para uma igreja transformadora, do testemunho, da mística e que vai aos últimos cantos para fazer o processo da evangelização do projeto de Jesus ressuscitado que traz uma prática de vida para todos e vida em abundância e, neste sentido, consequentemente, a promessa maior que é a da vida eterna.

2 FUNDAMENTOS DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

Neste presente capítulo abordaremos um breve histórico, os fundamentos e princípios da Doutrina Social da Igreja alicerçados em sua dimensão social de fé bem como os direitos sociais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

2.1 O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

Para Claudio Recco¹, a DSI nasceu em função de um desdobramento contraditório entre a nova organização da produção capitalista (riqueza para poucos) versus a exploração e miséria dos operários (maioria).

No final do século XIX, o mundo capitalista viu mudar rapidamente as relações de trabalho. A 2ª Revolução Industrial representou não apenas uma mudança tecnológica, mas principalmente de organização da produção e do trabalho, numa época caracterizada pela ascensão da burguesia ao poder, em diversos países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão.

O desenvolvimento industrial ocorreu paralelamente ao crescimento das cidades e da formação e desenvolvimento da classe operária. As condições de trabalho e de vida das massas urbanas eram marcadas por grande exploração e miséria.

Foi nesse momento que nasceu o “movimento operário”, organizado, que buscava formas para lutar contra a situação imposta pelos capitalistas e governantes. O movimento socialista representou a primeira forma propositiva de ruptura com a situação vigente, exigindo reformas que garantissem direitos sociais e políticos aos trabalhadores. Esse primeiro movimento organizado foi, posteriormente, chamado de “utópico”. Surgiram as teorias de Marx, que propunham uma revolução social, comunista e as teorias anarquistas que, como o marxismo, defendia a revolução e a eliminação da propriedade privada.

Apesar de proporem transformações radicais, essas teorias foram gradualmente assimiladas por uma parcela cada vez maior da classe operária, representando um temor para as elites da época. Com o crescimento destas tendências, diminuía cada vez mais a influência da Igreja

¹ RECCO, Claudio. **A Doutrina Social Católica**. [s.l.]. Disponível em: < <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=851>>. Acesso em: 05 jul. 2016. não paginado.

nas vidas dos trabalhadores. Por isso, a Igreja Católica viu-se obrigada a, de um lado, concordar com as críticas feitas pelo movimento operário em relação à intensa exploração sofrida nas fábricas, mas por outro rejeitar a solução dada pelo movimento, qual seja, a revolução operária.

Foi nesse contexto que surgiu o primeiro documento da Igreja Católica, manifestando suas “preocupações sociais”. A Encíclica *Rerum Novarum* (RN) foi a resposta da Igreja Católica para seus fiéis, exortando a todos à busca de uma solução pacífica, acordada. Em última instância o Papa Leão XIII, propunha que os pobres se conformassem com sua situação e que os ricos fossem menos cruéis, mais justos e caridosos. A Igreja negava a luta de classes e defendia o direito à propriedade privada. Aliás, esses foram exatamente os dois elementos que mereceram maior destaque na encíclica, a situação dos trabalhadores e a crítica ao socialismo.

Segundo a Igreja Católica, a Doutrina Social defende a dignidade intrínseca e inalienável da pessoa humana, a primazia do bem comum, a destinação universal dos bens, a primazia do trabalho sobre o capital o princípio da subsidiariedade e o princípio da solidariedade.

É fato que em outros momentos da história a Igreja Católica elaborou teorias e práticas sociais, no entanto, nos quadros do desenvolvimento do capitalismo, somente no final do século XIX é que essas preocupações se traduziram em ações. A Igreja Católica considera que a difusão da Doutrina Social é parte de uma missão evangelizadora, fato que determinou desdobramentos importantes nas práticas religiosas, principalmente nos países mais pobres. Foi a partir das preocupações sociais da Igreja que a Teologia da Libertação pode se desenvolver, assim como outros movimentos, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Pastoral da Terra e outros movimentos de cunho social.

A história da Doutrina Social da Igreja se inaugura oficialmente com a encíclica *Rerum Novarum*, mas foi marcada por outros documentos pontifícios, muitos deles comemorando aniversários da primeira grande encíclica social. Tal foi o caso da *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931); das Radiomensagens de Pio XII (1941,1951); da *Mater et Magistra* de João XXIII (1961); da Carta Apostólica "*Octogesima Adveniens*" de Paulo VI (1971); *Laborem Exercens* de João Paulo II (1981) e *Centesimus Annus* de João Paulo II (1991). Muitos outros pronunciamentos da Igreja trataram da questão social, entre os quais se assinalam inúmeras radiomensagens de Pio XII, as encíclicas *Pacem in Terris*, de João XXIII (1963); *Populorum Progressio*, de Paulo VI (1967); e *Sollicitudo Rei Socialis*, de João Paulo II (1987). Cabe também aqui uma referência ao Sínodo dos Bispos de 1971, sobre a Justiça no mundo e

ainda a um número incalculável de pronunciamentos das Conferências Episcopais, tratando dos problemas sociais específicos de cada país.

Em 1931, Pio XI comemorou os quarenta anos da publicação da RN com a Encíclica *Quadragesimo Anno* (QA), e no octogésimo aniversário da Encíclica o Papa Paulo VI publicou a Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* (OA) ². Finalmente, o Papa João Paulo II recordou o nonagésimo e o centésimo aniversário da *Rerum Novarum* respectivamente com as Encíclicas *Laborem Exercens* (LE) e *Centesimus Annus* (CA).

Com esses escritos, os Romanos Pontífices propuseram-se despertar a consciência dos católicos para a dimensão moral dos assuntos temporais, como a política, a economia, a ciência, a arte, o trabalho e as relações internacionais. Essa dimensão moral é a Lei de Deus, que não limita a nossa liberdade de buscar soluções específicas para os problemas humanos, mas que nos serve de guia para construir a cidade terrestre de acordo com o projeto divino. Os fiéis precisam conhecer essa dimensão moral de modo a poderem aplicá-la à vida social, à política e à economia, santificando o mundo e a si próprios por meio dessas realidades seculares.

2.2 PRINCÍPIOS DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

Elian Alabi Lucci e o Diácono Antonio Heliton Alves³ afirmam a importância dos princípios da DSI em contrapartida aos valores relativistas do mundo atual globalizado, ou seja: nestes tempos de globalização torna-se premente voltarmos nossos olhos para a Doutrina Social da Igreja e isto porque estamos sofrendo dois tipos de exclusão que ameaçam desequilibrar a própria sociedade. Além da exclusão do trabalho, uma segunda exclusão é provocada pelo fato de a globalização, na medida em que tem por objetivo a intensificação do comércio em nível mundial: excluir a pessoa de sua dignidade, uma vez que ela é vista apenas pelo seu poder de compra, de ter, de adquirir bens e serviços.

² LUCCI, Elian Alabi. **A globalização e a Doutrina Social da Igreja**. [s.l.]. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur27/elian.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2016. não paginado.

³ ALVES, Antonio Heliton. [s.l.]. Disponível em:<www.cnd.org.br/.../33-xii-encontro-de-formadores?...doutrina-social...antonio-heliton>. Disponível em: 20 set. 2016. não paginado.

Somos alvo de campanhas publicitárias cada vez mais intensas e que nos bombardeiam com fortes apelos para o consumo e o hedonismo. Como nem todos temos anticorpos suficientes, acabamos nos rendendo às nossas emoções e às novas sensações que nos são propostas pela globalização cultural, na verdade muito pior para o ser humano do que a econômica uma vez que atinge o seu interior⁴.

A globalização, baseada entre outros fatores na revolução tecnológica, vem acirrando, através da busca pela inovação, a competitividade entre as empresas. Diante disto, as empresas para sobreviverem unem-se, fecham filiais, cortam custos e - o que é mais doloroso - empregos. Todos esses fatos nos remetem a um novo olhar para a Doutrina Social da Igreja, que não tem por objetivo apenas o plano intelectual, mas volta-se para um objetivo prático, respeitando a dignidade de cada pessoa.

A Doutrina Social não é uma "terceira via", um caminho intermediário entre o capitalismo e o socialismo. Ela não tem nada que ver com uma agenda econômica ou política, e muito menos pode ser considerada um "sistema". Ainda que ela possa tecer algumas considerações críticas ao socialismo e ao capitalismo, ela não é uma proposta técnica, mas muito mais uma doutrina moral, que surge do conceito cristão de homem, de pessoa e de sua vocação para o amor. Essa doutrina não é uma utopia, no sentido de um projeto social impossível de alcançar.

A Doutrina Social de Igreja Católica é, sim, um conjunto de princípios, critérios e diretrizes de ação com o objetivo de interpretar as realidades sociais, culturais, econômicas e políticas, determinando sua conformidade ou inconformidade com os ensinamentos do Evangelho sobre a pessoa humana e sua vocação terrena e transcendente. Sendo principal, ela pode se adaptar às necessidades sociais de cada tempo e de diferentes lugares. Além disso, os ensinamentos sociais católicos não formam uma doutrina utópica e estática, mas constituem-se numa aplicação dinâmica dos ensinamentos de Cristo para mudar as realidades e circunstâncias das sociedades e culturas concretas.

Para irmos direto ao ponto central: para além de tecnicismos, essa doutrina tem como fundamento básico o mandamento do amor: amar a Deus sobre todas as coisas e ao nosso próximo como a nós mesmos.

⁴ RIFKIN, Jeremy. **A Era do Acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001. p. 13.

Este é o fundamento de toda a moral cristã, e, por isso mesmo, da Doutrina Social da Igreja. **Este é um princípio muito importante para superar a tendência de se ver a economia e a política como realidades alheias à moral, quando, de fato, são dimensões privilegiadas em que um cristão faz com que sua fé passe a informar - excluindo todo clericalismo - os assuntos temporais.** O mandamento do amor, portanto, representa o fundamento geral da Doutrina Social da Igreja. Além deste princípio ultra fundamental, são cinco os princípios, segundo o compêndio da Doutrina Social da Igreja:

a) A dignidade da pessoa humana. Esse primeiro princípio clássico é o que proporciona o fundamento geral para os Direitos Humanos. Cada pessoa, criada à imagem e semelhança de Deus possui uma dignidade inalienável e, portanto, deve ser tratada sempre como um fim e não como um meio, como vem acontecendo nesses tempos pós-modernos regidos pela globalização. Em sua carta encíclica *Centesimus Annus*, o Papa João Paulo II ressalta a centralidade deste princípio: devemos ter presente que o que constitui a trama de toda a Doutrina Social da Igreja é a correta concepção da pessoa humana e de seu valor único. Daí que a Igreja não pense primeiro em termos de nações, partidos políticos, tribos ou grupos étnicos, mas sobretudo na pessoa individualmente. A Igreja, como Cristo, defende a dignidade de cada ser humano, de cada pessoa.

b) O bem comum. O Concílio Vaticano II define-o como "o conjunto de condições da vida social que tornam possível às associações e a cada um de seus membros obter a sua realização mais plena e o caminho mais fácil de chegar a própria perfeição" (*Gaudium et Spes* 26; ver também GS,74; e o Catecismo da Igreja Católica, # 1906). A indeterminação do "bem comum" corresponde ao mistério da pessoa: o bem comum não é exclusivamente meu ou teu e não é também a soma dos bens dos indivíduos, mas deve incentivar a que cada um descubra que seu próprio bem deve estar em comunhão com os demais. Por isso, o bem comum não pode ser entendido como pertencente apenas a uma entidade abstrata como o Estado (ai de nós no dia em que o Estado achar que tem a fórmula para operacionalizar o "bem comum!"), mas sim aos cidadãos concretos, como pessoas chamadas a viverem em comunhão.

c) Subsidiariedade. Foi formulado pelo Papa Pio XI em sua carta encíclica de 1931, *Quadragesimo Anno*: "Verdade é, e a história o demonstra abundantemente, que, devido à mudança de condições, só as grandes sociedades podem hoje levar a efeito o que antes podiam até mesmo as pequenas; permanece, contudo, imutável aquele solene princípio da filosofia social: assim como é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efetuar com a própria iniciativa e capacidade, para o

confiar à coletividade, do mesmo modo passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades menores e inferiores podiam conseguir, é uma injustiça, um grave dano e perturbação da boa ordem social. O fim natural da sociedade e da sua ação é subsidiar os seus membros, não destruí-los nem absorvê-los” (QA, 79). Este princípio foi formulado quando o mundo estava ameaçado por sistemas totalitários, com suas doutrinas baseadas na subordinação do indivíduo à coletividade, e volta a ter atualidade agora, quando a globalização reforça exacerbadamente o poder de alguns poucos países ou de apenas uma única potência hegemônica. E resumo aquilo que pode ser realizado pelas estruturas mais simples da sociedade não deve ser realizado pelo Estado.

Solidariedade. Este princípio foi formulado pelo papa João Paulo II na sua carta encíclica "*Sollicitudo Rei Socialis*". Para fazer frente à globalização, a crescente interdependência das pessoas e dos povos, devemos ter em mente que a família humana é uma. A solidariedade nos convida a aumentar nossa sensibilidade para com os sofrimentos de nossos irmãos que em algumas partes do globo são muito fortes. O Papa nos diz que a solidariedade não deve ser entendida simplesmente como sentimento, mas sim como uma virtude real, que nos permite assumir nossas responsabilidades de uns para com os outros.

Destinação universal dos bens: Deus destinou a terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade.

A opção pelos pobres requer que se cuide com particular solicitude dos pobres, daqueles que se acham em posição de marginalidade e, em todo caso, das pessoas cujas condições de vida lhes impedem um crescimento adequado⁵.

2.3 FUNDAMENTOS DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

Para o Diácono Antonio Heliton Alves ⁶, os princípios da doutrina social da Igreja têm como finalidade única a pessoa e suas relações e

⁵ JOÃO PAULO II. **Discurso de abertura à Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Puebla.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paulii/pt/speeches/1979/january/documents/hf_jpii_spe_19790128_messico-puebla-episc-latam.html> Acesso em: 05 jul. 2016. não paginado.

⁶ ALVES, 2016, não paginado.

se ordenam à sua plena realização. Tais princípios foram sendo lapidados e configurados pelo Magistério da Igreja, inspirada pela Palavra de Deus, à luz do Espírito, auscultando os sinais dos tempos, até sua forma mais acurada, de modo a poderem responder às demandas dos novos tempos e ao progresso contínuo da sociedade. Estão estabelecidos de forma orgânica, formando um corpo doutrinal capaz de iluminar a realidade social, econômica, política, cultural e devem ser compreendidos e aplicados no seu conjunto, evitando o erro de uma visão parcial e desconexa, podendo - dependendo do modo como forem aplicados - enriquecer ou empobrecer a sociedade⁷.

Além dos princípios que devem estar presentes à edificação de uma sociedade digna do homem, indica também valores fundamentais.

A VERDADE: a convivência entre os seres humanos em uma comunidade é efetivamente ordenada, fecunda e condizente com a sua dignidade de pessoas quando se funda na verdade.⁸

A LIBERDADE: é a possibilidade de que cada ser uma tenha de agir (fazer ou não fazer algo e assumir a responsabilidade). É sinal da sublime dignidade de toda pessoa humana.⁹

A JUSTIÇA: particularmente importante no contexto atual, em que o valor da pessoa, da sua dignidade e dos seus direitos, a despeito das proclamações de intentos, é seriamente ameaçado pela generalizada tendência a recorrer aos critérios da utilidade e do ter.¹⁰

No entanto, diante do que intuímos ser o projeto de Deus, pergunta-se por quais motivos não funciona de conformidade com o que Deus nos colocou. Mais uma vez o autor sagrado vem em nosso socorro e indica o problema: o drama do pecado, a queda do ser humano diante do projeto de Deus¹¹. Pelo pecado o homem tenta forçar seu limite de criatura, desafiando a Deus, único Senhor do homem e fonte da vida. Um pecado de desobediência que separa o homem de Deus¹². Toda pessoa tem inscrita dentro de si uma centelha divina e que lhe permite

⁷ ALVES, Antonio Heliton. **Pessoa e Trabalho, num contexto de mudança de época, à luz da doutrina social da Igreja**. 134 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 13. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5831/1/421642.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2016.

⁸ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 120.

⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, p.121.

¹⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2011, p.122.

¹¹ Gn 3.

¹² Rm 5,19.

conhecer o bem e o mal (o certo e o errado). Esta centelha é como a assinatura de um artista em sua obra prima: provém do próprio Deus.

A desobediência do homem diante de Deus se caracteriza por assumir em suas próprias mãos o poder de decidir sobre o bem e o mal, ocupando o lugar do Criador. Com isso, o homem assume o risco de introduzir a desordem na criação e a consequência é imediata: desaparece o amor no conflito entre o homem e a mulher, desaparece a fraternidade pelo conflito entre irmãos, desaparece a solidariedade pelo conflito entre povos. É uma escalada de desunião que se configura a sua máxima expressão na Torre de Babel.

Quando o homem assume o lugar de Deus, assume também as suas consequências. Dispensando a presença de Deus para as suas decisões, Deus deixa de ser o criador e Pai, os homens deixam de ser irmãos. A fraternidade e a solidariedade desaparecem. O ser humano passa a ser apenas algo a ser explorado. O critério pelo qual avaliamos essa complexa situação é o sofrimento humano. Sempre que alguém sofre por causa de outro, é porque Deus não está mais ocupando o seu lugar na criação. O reinado de Deus está comprometido. Percorrendo agora o caminho inverso, percebemos que a Palavra de Deus que o livro da Bíblia contém foi inspirada para trazer o ser humano de volta ao projeto originário de Deus. Toda ela é um convite a que se retome a dinâmica do Reino para a vida em harmonia. A Lei é uma lei de liberdade. A voz dos profetas, uma advertência permanente sobre a infidelidade do homem ao plano de Deus. A Encarnação do Verbo divino em Jesus de Nazaré é a expressão máxima da revelação de Deus. Jesus, que significa Deus salva, ou, Emanuel, o Deus conosco. Em Jesus se restabelece o reinado de Deus: “o reino de Deus está entre vós” (Lc 17,21). É o Deus presente, capaz de dar um novo sentido à convivência humana e o restabelecimento das grandes relações que o ser humano deve ter para realizar-se enquanto pessoa e realizar o projeto de Deus: a primeira e mais importante relação é com o próprio Deus. Sem uma relação profunda com Deus, o ser humano não é capaz de realizar as demais relações; a segunda é com tudo aquilo que Deus criou: a natureza, o meio ambiente, os seres vivos. Como reza o Creio Niceno-Constantinopolitano: “todas as coisas, as visíveis e as invisíveis”. A terceira é consigo mesmo. Nesta auto-relação, centrada e tranquila, o ser humano é capaz de compreender-se, pois é o próprio Cristo que mostra o homem a si mesmo; finalmente, a quarta e última relação: com o outro e que se expressa desde a mais simples (a família), até a mais complexa, que são as relações internacionais. Neste intervalo, ocorrem as relações

comunitárias, sociais, de trabalho, esportivas, políticas, comerciais, entre tantas outras.

2.4 DIREITOS SOCIAIS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal Brasil de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã, foi a sétima constituição do Brasil desde a Independência. Elaborada por 558 constituintes durante 20 meses, ela foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Possui 245 artigos, dividida em nove títulos. Esta Constituição é considerada a mais completa, principalmente, no sentido de garantir os direitos à cidadania para o povo brasileiro. Ela tem uma abordagem mais democrática, em comparação com as demais constituições. Essa democracia é evidenciada, pois teve a colaboração e participação do povo, por meio de abaixo-assinados, liderados pelos sindicatos de classe, entidades religiosas e demais segmentos da sociedade.

Na nova constituição, a classe trabalhadora adquiriu vários direitos, como de licença maternidade para 120 dias, licença paternidade de 5 dias, redução da jornada de trabalho de 48 horas semanais para 44 horas, além de direito à greve, liberdade sindical, abono de férias de um terço do salário e o 13º salário para os aposentados.

Foram realizadas mudanças para a consolidação da democracia como o direito de voto aos analfabetos e facultativo aos jovens com idade entre 16 e 18 anos. As eleições que antes eram de apenas um turno, com a nova constituição passou a ter dois turnos para os cargos de presidente, governador e prefeito (este último somente nas cidades que possuem mais de 200 mil eleitores), e o mandato do presidente sofreu uma redução de 5 para 4 anos.

Entre outras alterações ficou definido o fim da censura familiar, com a implantação do divórcio e a inserção dos direitos da criança e adolescente. A prática do racismo antes tratada com displicência torna-se crime inafiançável com reclusão, os índios foram reconhecidos como cultura, e o governo ficou incumbido de definir as terras reservadas a eles, além de garantir a sua proteção e de suas riquezas.

A Constituição brasileira está dividida em títulos (nove), que se sub-dividem em capítulos e estes em seções. Seguem os títulos da Constituição de 1988:

Título I - Princípios Fundamentais

Título II - Direitos e Garantias Fundamentais

Título III - Organização do Estado

Título IV - Organização dos Poderes

Título V - Defesa do Estado e das Instituições

Título VI - Tributação e Orçamento

Título VII - Ordem Econômica e Financeira

Título VIII - Ordem Social

Título IX - Disposições Gerais

Os direitos sociais estão dispostos na Constituição de 1988, no Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), e no Título VIII (Da Ordem social). Estabelece em seu Art.6º, como direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Do artigo 7º ao 11º, o constituinte privilegiou os direitos sociais do trabalhador, em suas relações individuais e coletivas. Vale destacar, que o direito à alimentação foi introduzido pela Emenda Constitucional nº. 64 de 04 de fevereiro de 2010.

No título VIII, estão sistematizados os direitos à Seguridade Social (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), os direitos relativos à Cultura, à Educação, à Moradia, ao Lazer, ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e os direitos sociais da Criança e dos Idosos.

O art. 7º relaciona os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, entretanto, a doutrina atual não faz nenhuma distinção entre eles.

Destacam-se ainda os direitos coletivos dos trabalhadores, que englobam o direito de sindicalização (art. 8º), direito de greve (art. 9º), direito de participação dos trabalhadores em colegiados dos órgãos públicos (art. 10) e o direito de representação na empresa (art.11)¹³.

2.5 A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA E AS COMUNIDADES EMPOBRECIDAS

Em 2007, os bispos da América se reuniram na cidade de Aparecida/SP, para celebrar a V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. No documento final da conferência, afirma-se que

conhecer a Jesus Cristo pela fé é nossa alegria;
seguir-lo é uma graça, e transmitir este tesouro
aos demais é uma tarefa que o Senhor, ao nos

¹³ PASSOS, Viviane Andrade dos. **Os direitos sociais na constituição brasileira de 1988**. [s.l.]. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4039>. Acesso em: 22 ago. 2016.

chamar e nos eleger, nos confiou. Com os olhos iluminados pela luz de Jesus Cristo ressuscitado podemos e queremos contemplar o mundo, a história, os nossos povos da América Latina e do Caribe e cada um de seus habitantes”¹⁴.

Na continuação, o documento faz menção ao uso do método “ver, julgar e agir”, e explica que o método implica em contemplar a Deus com os olhos da fé através de sua Palavra revelada e o contato vivificador dos Sacramentos, a fim de que, na vida cotidiana, vejamos a realidade que nos circunda à luz de sua providência e a julguemos segundo Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, e atuemos a partir da Igreja, Corpo Místico de Cristo e Sacramento universal de salvação, na propagação do Reino de Deus, que se semeia nesta terra e que frutifica plenamente no Céu. Muitas vozes, vindas de todo o Continente ofereceram contribuições e sugestões nesse sentido, afirmando que este método tem colaborado para que vivamos mais intensamente nossa vocação e missão na Igreja: tem enriquecido nosso trabalho teológico e pastoral e, em geral, tem-nos motivado a assumir nossas responsabilidades diante das situações concretas de nosso continente. Este método nos permite articular, de modo sistemático, a perspectiva cristã de ver a realidade; a asunção de critérios que provêm da fé e da razão para seu discernimento e valorização, com sentido crítico; e, em consequência, a projeção do agir como discípulos missionários de Jesus Cristo. A adesão crente, alegre e confiada no Deus Pai, Filho e Espírito Santo e a inserção eclesial, são pressupostos indispensáveis que garantem a eficácia deste método.

O Documento de Aparecida também menciona a “A opção preferencial pelos pobres e excluídos”, como segue:

Dentro desta ampla preocupação pela dignidade humana, situa-se nossa angústia pelos milhões de latino-americanos e latino-americanas que não podem levar uma vida que responda a essa dignidade. A opção preferencial pelos pobres é

¹⁴ CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE V, 2007, Aparecida. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulus; São Paulo: Paulinas, 2007. DAP 18.

uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha¹⁵.

De fato, João Paulo II, dirigindo-se a nosso continente, sustentou que ‘converter-se ao Evangelho para o povo cristão que vive na América, significa revisar todos os ambientes e dimensões de sua vida, especialmente tudo o que pertence a ordem social e a obtenção do bem comum’.

Nossa fé proclama que “Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem”. Por isso, “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza”. Esta opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão¹⁶. Ela, no entanto, não é exclusiva, nem excludente.

Se esta opção está implícita na fé cristológica, os cristãos, como discípulos e missionários, são chamados a contemplar nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-lo neles: “Os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo”. Eles desafiam o núcleo do trabalho da Igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs. Tudo o que tenha relação com Cristo, tem relação com os pobres e tudo o que está relacionado com os pobres reivindica a Jesus Cristo: “Quando fizeram a um destes meus irmãos menores, fizeram a mim” (Mt 25,40). João Paulo II destacou que este texto bíblico “ilumina o mistério de Cristo”. Porque em Cristo, o maior se fez menor, o forte se fez fraco, o rico se fez pobre.

De nossa fé em Cristo nasce também a solidariedade como atitude permanente de encontro, irmandade e serviço. Ela há de se manifestar em opções e gestos visíveis, principalmente na defesa da vida e dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos, e no permanente acompanhamento em seus esforços por serem sujeitos de mudança e de transformação de sua situação. O serviço de caridade da Igreja entre os pobres “é um campo de atividade que caracteriza de maneira decisiva a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral”.

O Santo Padre nos recorda que a Igreja está convocada a ser “advogada da justiça e defensora dos pobres” diante das “intoleráveis desigualdades sociais e econômicas”, que “clamam ao céu”. Temos muito que oferecer, visto que “não há dúvida de que a Doutrina Social da Igre-

¹⁵ CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE V, 2007, DAp 391.

¹⁶ Hb 2,11-12.

ja é capaz de despertar esperança em meio às situações mais difíceis, porque se não há esperança para os pobres, não haverá para ninguém, nem sequer para os chamados ricos”. A opção preferencial pelos pobres exige que prestemos especial atenção àqueles profissionais católicos que são responsáveis pelas finanças das nações, naqueles que fomentam o emprego, nos políticos que devem criar as condições para o desenvolvimento econômico dos países, a fim de lhes dar orientações éticas coerentes com sua fé.

Comprometemo-nos a trabalhar para que a nossa Igreja Latino-americana e Caribenha continue sendo, com maior afinco, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. Hoje queremos ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feita nas Conferências anteriores. Que sendo preferencial implique que deva atravessar todas nossas estruturas e prioridades pastorais. A Igreja Latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, de solidariedade e de justiça entre nossos povos.

Nesta época costuma acontecer de defendermos de forma demasiada nossos espaços de privacidade e lazer, e nos deixemos contagiar facilmente pelo consumismo individualista. Por isso, nossa opção pelos pobres corre o risco de ficar em um plano teórico ou meramente emotivo, sem verdadeira incidência em nossos comportamentos e em nossas decisões. É necessária uma atitude permanente que se manifeste em opções e gestos concretos, e evite toda atitude paternalista. É solicitado que dediquemos tempo aos pobres, prestar a eles uma amável atenção, escutá-los com interesse, acompanhá-los nos momentos difíceis, escolhê-los para compartilhar horas, semanas ou anos de nossas vidas e, procurando, a partir deles, a transformação de sua situação. Não podemos esquecer que o próprio Jesus propôs isso com seu modo de agir e com suas palavras: “Quando deres um banquete, convida os pobres, os inválidos, os coxos e os cegos” (Lc 14,13).

Só a proximidade que nos faz amigos nos permite apreciar profundamente os valores dos pobres de hoje, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé. A opção pelos pobres deve nos conduzir à amizade com os pobres. Dia a dia os pobres se fazem sujeitos da evangelização e da promoção humana integral: educam seus filhos na fé, vivem uma constante solidariedade entre parentes e vizinhos, procuram constantemente a Deus e dão vida ao peregrinar da Igreja. À luz do Evangelho reconhecemos sua imensa dignidade e seu valor sagrado aos olhos de Cristo, pobre como eles e excluído como eles. Desta experiência cristã compartilharemos com eles a defesa de seus direitos”.

E no item 8.4 (Uma renovada pastoral social para a promoção humana integral), tem-se o seguinte: “Assumindo com nova força esta opção pelos pobres, manifestamos que todo processo evangelizador envolve a promoção humana e a autêntica libertação, sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade”. Entendemos, além disso, que a verdadeira promoção humana não pode se reduzir a aspectos particulares: “Deve ser integral, isto é, promover a todos os homens e a todo homem”, a partir da vida nova em Cristo que transforma a pessoa de tal maneira que “a faz sujeito de seu próprio desenvolvimento”. Para a Igreja, o serviço da caridade, assim como o anúncio da Palavra e a celebração dos sacramentos, “é expressão irrenunciável da própria essência”.

Portanto, a partir de nossa condição de discípulos e missionários, queremos estimular o Evangelho da vida e da solidariedade em nossos planos pastorais, à luz da Doutrina Social da Igreja. Além disso, promover caminhos eclesiais mais efetivos, com a preparação e compromisso dos leigos para intervir nos assuntos sociais. As palavras de João Paulo II nos enchem de esperança: “Ainda que imperfeito e provisório, nada do que se possa realizar mediante o esforço solidário de todos e a graça divina em um momento dado da história, para fazer mais humana a vida dos homens, terá sido perdido ou terá sido em vão”.

As Conferências Episcopais e as igrejas locais têm a missão de promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral que, com a assistência e a promoção humana, faça-se presente nas novas realidades de exclusão e de marginalização em que vivem os grupos mais vulneráveis, onde a vida está mais ameaçada. No centro dessa ação está cada pessoa, que é acolhida e servida com cordialidade cristã. Nesta atividade a favor da vida de nossos povos, a Igreja católica apoia a colaboração mútua com outras comunidades cristãs.

A globalização faz emergir em nossos povos, novos rostos pobres. Com especial atenção e em continuidade com as Conferências Gerais anteriores, fixamos nosso olhar nos rostos dos novos excluídos: os migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os toxicodependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da violência, da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, pessoas com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados (as), os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das

grandes cidades, os indígenas e afro americanos, agricultores sem-terra e os mineiros. A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar estas pessoas excluídas nas esferas a que correspondam.

Nesta tarefa e com criatividade pastoral, devem-se elaborar ações concretas que tenham incidência nos Estados para a aprovação de políticas sociais e econômicas que atendam as várias necessidades da população e que conduzam para um desenvolvimento sustentável. Com a ajuda de diferentes instâncias e organizações, a Igreja pode fazer uma permanente leitura cristã e uma aproximação pastoral à realidade de nosso continente, aproveitando o rico patrimônio da Doutrina Social da Igreja. Desta maneira, terá elementos concretos para exigir daqueles que têm a responsabilidade de elaborar e aprovar as políticas que afetam nossos povos, que o façam a partir de uma perspectiva ética, solidária e autenticamente humanista. Nesse aspecto os leigos e as leigas possuem um papel fundamental, assumindo tarefas pertinentes na sociedade.

Estimulamos os empresários que dirigem as grandes e médias empresas e aos microempresários, os agentes econômicos da gestão produtiva e comercial, tanto da ordem privada quanto comunitária, por serem criadores de riqueza em nossas nações, quando se esforçam em gerar emprego digno, em facilitar a democracia e em promover a aspiração a uma sociedade mais justa e a uma convivência cidadã com bem-estar e em paz. Igualmente estimulamos os que não investem seu capital em ação especulativas, mas em criar fontes de trabalho, preocupando-se com os trabalhadores, considerando-os 'a eles e a suas famílias' a maior riqueza da empresa, que, como cristãos, vivem modestamente por terem feito da austeridade um valor inestimável, que colaboram com os governos na preocupação e conquista do bem comum e se forem pródigos em obras de solidariedade e de misericórdia.

Por fim, não podemos nos esquecer de que a maior pobreza é a de não reconhecer a presença do mistério de Deus e de seu amor na vida do homem e seu amor, que é o único que verdadeiramente salva e liberta. Na verdade, “quem exclui a Deus de seu horizonte falsifica o conceito de realidade e, conseqüentemente, só pode terminar em caminhos equivocados e com receitas destrutivas. A verdade desta afirmação parece evidente diante do fracasso de todos os sistemas que colocam Deus entre parêntesis”.

Ainda acrescentando estas questões sobre a pobreza, no evangelho de Mateus, é dito que "ninguém pode servir a dois senhores, porque ou odiará a um e amará o outro, ou dedicar-se-á a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e à riqueza" (Mt 6,24). Mateus nos deixa reflexão profunda: utilizar os bens materiais em favor dos outros e

assim estar (feliz) servindo a Deus ou, caso contrário, utilizar destes bens materiais egoisticamente só para prazer mundano estar (infeliz) me afastando de Deus, sem ganho algum para minha salvação eterna.

Pe. Joacir Soares d'Abadia cita uma observação de Cícero Lima, em um seminário, que o dinheiro faz parte da economia de um povo. A palavra economia vem do grego *oikos*, que significa "casa", e *nomos*, que significa costume, lei, ou também gerir e administrar. Por isso chega-se à interpretação "regras da casa" (lar) ou "administração da casa"¹⁷.

A Igreja trata do tema "economia" de forma simples, mas, contudo, complexa. Ela a enxerga a partir da mensagem evangélica, a qual precisa atingir o cotidiano de cada cidadão tendo em vista que a pessoa está atingida seja pela pobreza seja pela riqueza.

Como afirma Cícero Lima:

O problema da pobreza está ligado ao problema do pecado, pois, neste, o homem torna-se preso aos próprios instintos e desejos egoístas. No pecado, o homem fecha-se em si mesmo, desviando-se da abertura que possui para o outro. Por isso, o amor constitui o melhor antídoto para que o homem se deixe guiar para o Bem. As riquezas estão ligadas ao acúmulo de bens. A partilha é um dos meios justos de se passar da carência à suficiência¹⁸.

Tendo a pobreza e a riqueza como realidades que devem ser beneficiárias da economia, o homem não pode se desumanizar por causa do trabalho, senão ele – na busca pela economia – passa a ser "tratado como mero instrumento de produção" o que "é um grande perigo porque (...) são capazes de coisificar o homem", afirma Cícero.

Assim o melhor caminho, que inclusive é proposto pela Igreja, é aquele apoiado na reta razão e na filosofia social cristã, onde a atividade econômica se encontre por sua vez reconduzida a uma ordem sã e bem equilibrada apoiada numa rigorosa busca pela justiça comutativa e caridade cristã.

¹⁷ D'ABADIA, Joacir Soares. A Doutrina Social da Igreja, hoje, a Partir de uma visão antropológica. [s.l.]. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-doutrina-social-da-igreja- hoje-a-partir-de-uma-visao-antropo-logica/28654/>>. Acesso em: 04 set. 2015. não paginado.

¹⁸ D'ABADIA, Joacir Soares, 2015, não paginado.

Ainda sobre a visão antropológica da Doutrina Social da Igreja, Valbério Bruno comenta que a ordem social nos diz que é um direito sagrado que serve de alicerce a todos os outros e esse direito, todavia, não vem da natureza; está, pois, fundamentado sobre convenções. Ele cita vários pensadores que refletiram sobre a "Ordem social". Vejamos alguns:

Para Marx, as relações de produção ou a estrutura econômica são a base de uma ordem social. No entanto, para Durkheim, é um conjunto de normas sociais compartilhadas. Mas já na percepção de Parsons, é um conjunto de instituições sociais determinando o comportamento moral¹⁹.

Na ordem social se precisa de um governo. Governar, diz Santo Tomás, é levar as coisas a seu fim, ou realizar uma ordem. Não se pode governar sem ser capaz de impor obediência, ou seja, sem autoridade e poder. Pois autoridade e poder são elementos essenciais de toda sociedade; sem eles não duraria a ordem social, do contrário a sociedade se destruiria em anarquia da desobediência.

O homem nasceu para viver em sociedade, portanto, não podendo viver no isolamento nem se proporcionar o que é necessário e útil à vida, nem adquirir a perfeição do espírito e do coração. A Providência o fez para se unir aos seus semelhantes, numa sociedade tanto doméstica quanto civil, única capaz de fornecer o que é preciso à perfeição da existência. A ordem social, então, ajuda o homem ser mais homem. Coloca-o em contato com os outros refletindo sua realidade humana: ser social.

¹⁹ D'ABADIA, Joacir Soares, 2015, não paginado.

3 O MONTE SERRAT E ALTO DA CAIEIRA: UM PEDACINHO DE TERRA ESQUECIDO NA ILHA

Neste capítulo, serão descritas as características sociais das duas comunidades, uma visível, que é Florianópolis e a outra invisível, que são as comunidades do Morro do Maciço da Cruz, em especial as comunidades de Mont Serrat e Alto da Caieira.

3.1 A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

A cidade de Florianópolis tem aproximadamente 421 mil habitantes (IBGE, 2010) é também conhecida também como "Ilha da Magia". Destaca-se por ser a capital brasileira com o melhor índice de desenvolvimento Humano (IDH 0.849), e a terceira melhor cidade para se morar no Brasil (segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – 2013). Conhecida como o principal polo turístico da região sul do Brasil, e considerada a capital turística do Mercosul, a cidade recebe anualmente milhares de visitantes nacionais e internacionais. Segundo pesquisa de 2015 do Ministério do Turismo, Florianópolis ocupa o posto de terceiro destino turístico mais visitado por estrangeiros, a maioria atraída pelo lazer (91,2%), e vindos principalmente da Argentina (61,3%) e Uruguai (15,5%) ²⁰.

Figura 1 – Vista da cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina



Fonte: O outro lado da terra de sol e mar (SEBRAE, 2014)

²⁰ OBSERVATÓRIO FLORIANÓPOLIS. **Florianópolis**. [s.l.]. Disponível em: <<http://minhafioripa.tur.br/observatorio/florianopolis/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Florianópolis situa-se no litoral catarinense e conta com uma parte insular (ilha de Santa Catarina) e outra parte continental que foi incorporada pela cidade em 1926, com a construção da ponte pênsil Hercílio Luz (820 m de comprimento), que ligou a ilha ao continente. A articulação dos bairros e subúrbios faz-se através de ruas ou avenidas, de longo e sinuoso traçado, entre o mar e as encostas dos morros. Apesar das sensíveis modificações, que as construções modernas introduziram, a paisagem urbana guarda, ainda, muito do aspecto arquitetônico colonial²¹.

Conforme Narzetti²², Florianópolis ocupa a segunda colocação no ranking de computador por domicílios com a presença em 75,47% das residências. Em 67,67% das residências têm acesso à internet banda larga, segundo a Atlas da Inclusão Digital. É a capital brasileira com maior proporção de famílias enquadradas em situação econômica classificada como alta renda e a segunda colocada entre os municípios, tendo 27,7% de sua população na categoria Classe A. Expandindo a análise para as Classes A e B, se tem 41,61% das famílias florianopolitanas nesta faixa de renda.

Entretanto, conforme Pacheco²³, mesmo a cidade apresentando indicadores classificados entre os melhores do país, existe realidades socioeconômicas muito distintas que passam despercebidas nas estatísticas oficiais e também, muitas vezes, são desconhecidas por florianopolitanos e turistas. Algumas regiões vivenciam situações de exclusão e não desfrutam da mesma qualidade de vida apontada nas pesquisas sobre a cidade. Aqueles que têm a oportunidade de conhecer de perto estas realidades têm a sensação de não estar em Florianópolis. Seria algo como uma sub-cidade, que vive à margem e quase ninguém vê.

²¹ PACHECO, Maria da Rosa. **Gestão democrática e relação escola-comunidade: um estudo sobre a experiência no Morro da Cruz, Florianópolis, SC.** 219 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007. p. 39. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1936/gestao%20democratica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 15 ago. 2016.

²² NARZETTI, Willian Carlos. **Parcerias e responsividade por uma rede de informações:** análise dos aspectos socioeconômicos e das organizações da sociedade civil que atuam nos territórios do maciço do Morro da Cruz - Florianópolis/SC. 189 p. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_arquivos/4/TDE-2015-04-06T135558Z-2005/Publico/121386.pdf>. Acesso em 20 ago. 2016.

²³ PACHECO, 2007, 40.

Estes territórios, com evidentes problemas socioeconômicos, precisam ser compreendidos para que políticas sociais sejam desenvolvidas de maneira eficiente, ajudando a mudar essa realidade que muitas vezes parece invisível nas pesquisas sobre a capital de Santa Catarina.

Florianópolis tem sua economia alicerçada nas atividades do comércio, na prestação de serviços públicos, na indústria de transformação e no turismo. Recentemente, a indústria do vestuário e a tecnologia da informação vêm se tornando também setores de grande desenvolvimento.

O centro de Florianópolis é o lugar que oferece o maior número de pontos turísticos não naturais na cidade. Ali estão desde conhecidos cartões postais, como a Ponte Hercílio Luz, o Mercado Público Municipal, Museu Histórico Cruz e Souza, Teatro Álvaro de Carvalho, entre outros²⁴.

Ainda segundo Pacheco²⁵, essa abundância em construções históricas deve-se à geografia da Ilha e a sua influência na formação da cidade. O centro, apesar do nome, está localizado ao lado oeste da Ilha, entre o Morro da Cruz e o mar, no ponto mais próximo do continente. Foi ali que Francisco Dias Velho aportou e fundou a cidade, em 1675. A partir desse ponto, foram sendo construídas as ruas e as casas. Até a inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926, a única maneira de chegar à Ilha, até a metade do século XX, era atravessando de barco o canal, e, aos outros bairros, pelo difícil acesso feito por estrada de terra, o que também contribuiu para o desenvolvimento do bairro.

A paisagem do centro mudou com a construção das pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles, e com o aterro da Baía Sul. Até então, o mar batia no Mercado Público de Florianópolis, e existia um trapiche municipal na Praça Fernando Machado. Com o crescimento da população e do tráfego, foram criados novos terminais urbanos e, nos últimos tempos, um elevado.

Atualmente, o centro é o coração político da cidade e do Estado. Também, é ali que se concentra o comércio, que mantém as ruas sempre muito movimentadas. Pela facilidade do acesso através das pontes e da Beira Mar Norte, esse também é o local preferido para a organização de eventos, alavancado principalmente pelo Centro Sul e pela grande concentração de hotéis.

²⁴ PACHECO, 2007, 48.

²⁵ PACHECO, 2007, 50.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

No livro *A Sociedade sem Exclusão do Padre Vilson Groh*, Araújo descreve que as comunidades do Monte Serrat e Alto da Caieira fazem parte do Maciço Central do Morro da Cruz, localizando-se na vertente oeste do mesmo.²⁶ Voltada para o centro da cidade, tem como principais vias de acesso às ruas Nestor Passos e a General Vieira da Rosa, próximas à Avenida Mauro Ramos. O Monte Serrat situa-se perto do IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina e faz fronteira com as comunidades da Nova Descoberta, Quebra-Pote, Alto da Caieira e Major Costa. Também ressalva que com uns solos de camadas variadas, se desenvolveu uma vegetação classificada como Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica) e que com seu desmatamento, aceleram-se os processos erosivos, ou seja, áreas de risco para construção de moradias.

No site da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental²⁷, obtêm-se informações a respeito da posição geográfica do Maciço do Morro da Cruz, onde esta secretaria se compromete melhorar as condições de vida dos moradores a partir de investimentos em infraestrutura e serviços sociais. Sua representação geográfica em 2016 está constituída por:

Localização: Região central da cidade.

Área total: 2.151.000 m²

Área Ocupada: 657.000 m²

Área do Parque: 1.494.000 m²

Beneficiários: 16 comunidades

Famílias (estimado): 5.677 famílias

População (estimado): 22.566 habitantes

É constituído por 16 comunidades, a saber:

Mariquinha

Monte Serrat

Tico Tico

Morro do 25

Morro do Horácio

²⁶ ARAÚJO, Camilo Buss. **A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Groh**: a construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat. Florianópolis: Insular, 2004. p. 18.

²⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento ambiental**. Projeto Maciço do Morro da Cruz. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/habitacao/index.php?cms=projeto+macico+do+morro+da+cruz&menu=9>>. Acesso em: 18 ago. 2016. não paginado.

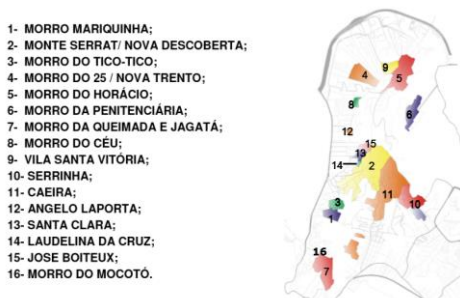
Morro da Penitenciária
 Morro da Queimada e Jagatá
 Morro do Céu
 Rua Ângelo Laporta
 Rua José Boiteux
 Rua Laudelina da Cruz
 Vila Santa Vitória
 Vila Santa Clara
 Serrinha
 Alto da Caeira
 Mocotó

Figura 2 – Localização do Maciço do Morro da Cruz no Centro de Florianópolis



Fonte: Projeto Maciço Morro da Cruz – PMF

Figura 3 – Localização das diversas comunidades no Maciço do Morro da Cruz



Fonte: Projeto Maciço Morro da Cruz - PMF

3.3 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DESTAS COMUNIDADES

De acordo com Barbosa²⁸, no Brasil, quando nos referimos ao termo “comunidade”, invariavelmente, quer relacioná-la a agrupamentos sociais em que imperam as consequências mais desastrosas do desenvolvimento do capitalismo tardio ou num fenômeno que se resolveu denominar globalização: espaços de exclusão social, pobreza, desigualdades e contrastes. Neste percurso, a Avenida Mauro Ramos é o marco divisor, a fronteira que os moradores têm para “viver a cidade”, no sentido de desfrutar dos benefícios que a cidade oferece.

Para Barbosa²⁹, a escravidão em Santa Catarina se diferenciou muito em relação a outros Estados do Brasil colonial. A importância exercida pela província no início de seu povoamento era mínima se analisada à conjuntura colonial. Santa Catarina só teve relevância para Portugal a partir de meados do século XVIII como ponto estratégico de dominação de áreas abaixo da linha de Tordesilhas. Nesse período os habitantes que vieram desbravar as terras catarinenses eram os antigos bandeirantes que perderam sua importância após a intensificação da exploração do minério no triângulo mineiro e, portanto, tiveram que migrar. Com eles vieram alguns escravos indígenas, só mais tarde a mão-de-obra negra chega a ser utilizada em terras catarinenses.

Posteriormente, veio a primeira leva de imigrantes vindos de diversas áreas da colônia, também famílias trazidas da Ilha dos Açores, que tinham o objetivo central de criar núcleos de povoamento em Desterro (antigo nome da cidade de Florianópolis). Pequenos pedaços de terra foram distribuídos para o cultivo, contrariando todo o processo colonial vigente, caracterizado pela exploração da terra para exportação, neste caso percebe-se uma formação colonial de povoamento. Entretanto, algum tempo depois da chegada dessas famílias as mesmas foram abandonadas, com a falta do auxílio da Coroa e as dificuldades encontradas na nova terra algumas famílias venderam ou abandonaram suas terras e as que continuaram não tiveram nenhum êxito na lavoura. O

²⁸ BARBOSA, Mário Davi. **Comunidade, identidade e exclusão**: uma abordagem da luta dos moradores da comunidade Monte Serrat pelos direitos humanos. CESUSC, 2010. Disponível em: <<http://virtual.cesusc.edu.br/portal/externo/direito/wp-content/uploads/2010/05/COMUNIDADE-MONTE-SERRAT-artigo.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2016. p. 1.

²⁹ BARBOSA, 2010, p. 3.

resultado foi a criação de uma classe de brancos pobres e de um processo de agricultura de subsistência.

Os escravos negros só viriam a ser utilizados como mão-de-obra em Santa Catarina no final do século XVIII e início do século XIX, porém como as condições para a obtenção de escravos, que constituíam objeto de luxo, eram mínimas, poucas famílias puderam contar com a mão-de-obra negra. Em muitas vezes, a obtenção de escravos servia como demonstração de status, traduzindo uma espécie de “glorificação”, numa ordem social que não permitia a acumulação, representada na obtenção destes.

Sobre a atuação da mão do escravo negro em Desterro, fica claro quando Cardoso³⁰ afirma que em nenhuma outra atividade os escravos foram mais largamente aproveitados do que nos serviços domésticos. Cidade pobre, centro de uma região em que o desenvolvimento econômico durante o período escravocrata foi pequeno, a escravidão em Desterro foi sobretudo doméstica. Segundo Barbosa³¹, a situação de pobreza e consequentemente a impossibilidade de utilização exaustiva da mão-de-obra escrava pelos colonos em Santa Catarina traz uma realidade atípica, que se explica na concorrência da força de trabalho escrava com a livre, ou seja, constituída de brancos. Joana Pedro organiza uma coleção de relatos sobre a presença negra em terras catarinenses:

Como os negros são raros, sobretudo no campo, e a população branca é pobre e numerosíssima, esta não acha que seja desonra cultivar a terra com as próprias mãos, e são os brancos que no Desterro exercem todos os misteres. Numa parte da Província de Minas, onde a brancura da pele estabeleceu uma espécie de nobreza, e onde os homens de cor são os que trabalham, constituem a classe popular. Em Santa Catarina, esta mesma classe se compõe de brancos³².

Percebe-se que a escravidão em Santa Catarina, em especial em Desterro, teve um papel de complementariedade ao trabalho livre, porque em consequência do processo de colonização ter se diferenciado, de não

³⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000. p. 48.

³¹ BARBOSA, 2010, p. 5.

³² PEDRO, Joana Maria. **Negro em terra de branco**: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 18.

ter oferecido condições aos colonizadores de manutenção na lavoura e, por isso, gerado uma classe de brancos pobres – diferentes de outras províncias, a concorrência não possibilitava a expansão do regime de escravidão no Estado.

Com o declínio do regime escravocrata e a abolição do mesmo em 1888 tem-se uma mudança da condição jurídica do negro na sociedade brasileira, se antes era o Código Negro quem o regulava, agora seriam as leis gerais, leis de todos que também valiam para o povo negro. No entanto essa mudança formal não foi capaz explicar os efeitos práticos da abolição. Nestas condições fica exposta uma consequência brutal disso, porque se formalmente o negro liberto passou a inscrever-se no sistema de classes como cidadão, lado a lado dos demais cidadãos de outros grupos raciais que compartilhassem com ele, em termos das suas posições no mercado, as mesmas oportunidades e limitações da participação no sistema social da produção, com todas as consequências resultantes disso, realmente, dessa possibilidade meramente formal não resultou nenhuma ascensão social do grupo negro³³.

A cidade cresceu, se desenvolveu, mas a condição do negro não se modificou nas suas relações, os negros continuaram nas mesmas posições que ocupavam antes na estrutura social, tanto em Santa Catarina como no Brasil. Não houve uma transformação significativa da situação social dos negros após a abolição da escravatura em Florianópolis.

No novo sistema de ocupações de Florianópolis, entretanto, o negro continua a ocupar uma posição sensivelmente análoga à que desfrutava no passado. Dessa forma, ainda é, como no passado, o principal agente dos serviços braçais e domésticos. Os efeitos da abolição não alteraram substancialmente, portanto, a posição relativa das duas raças no sistema ocupacional da cidade, permanecendo o trabalhador negro nos setores mal remunerados e de baixo prestígio social³⁴.

³³ BARBOSA, 2010, p. 6.

³⁴ CARDOSO, 2000. p. 53.

O fato é que os aspectos formais da abolição foram levados a cabo, e não seria contrário se considerássemos a carga de preconceito que incidia na relação *senhor-escravo* e, agora, *branco-negro*. Se antes a discriminação era legal e tinha uma forma expressa, agora ela sobreviveria na memória coletiva do branco como forma ainda limitadora do desenvolvimento do negro, como fora outrora³⁵.

Em sua dissertação, Narzetti afirma que para se compreender as peculiaridades do território do Maciço do Morro da Cruz, faz-se necessário, primeiramente, entender o contexto que levou as famílias a ocuparem esta região no centro da cidade de Florianópolis, é o que veremos a seguir:

Durante o século XVIII, a população em situação de pobreza na Ilha de Santa Catarina – na época chamada Desterro – morava em casas de barro e pedra alicerçadas sobre estruturas de madeira. Por não terem condições de comprar óleo de baleia para adicionar à massa de construção, as residências eram frágeis e a necessidade de reparos se fazia constante³⁶.

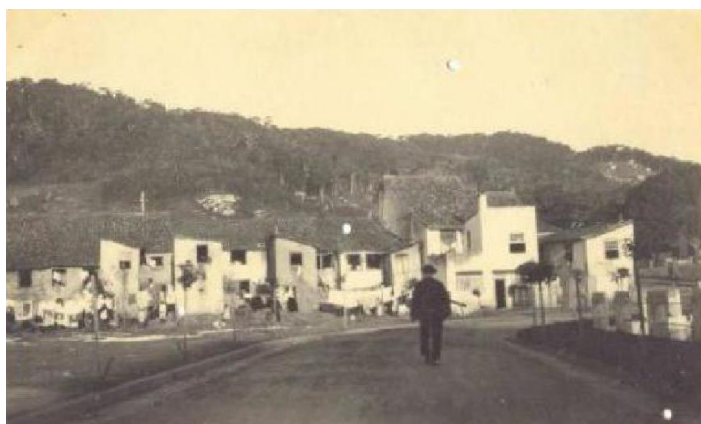
No século XIX, as características destas habitações tiveram leves melhorias, mas mantiveram sua inferioridade urbanística, sendo compostas por casas de um pavimento, possuindo aproximadamente três cômodos, chão batido, muitas germinadas com uma porta e uma janela. Haviam ainda os sobrados e cortiços, sendo possível visualizá-los na fotografia de 1910 ilustrada na Figura 4 que registra as características destes domicílios. “Os cortiços fizeram parte da paisagem de Desterro durante o século XIX. Estes sobrados divididos por várias famílias ou grupos de casinhas alugadas foram comuns em Florianópolis até a década de 1920”³⁷.

³⁵ BARBOSA, 2010, p. 7.

³⁶ NARZETTI, 2014, p. 25.

³⁷ SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 658 p. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009. Disponível em: < <http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/Tese-03-PGCN0383-T.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2016. p. 78.

Figura 4 – Cortiços nos anos de 1910 e, em segundo plano, os morros ainda pouco habitados



Fonte: SANTOS, 2000, p.76.

No início do século XX, seguindo a política de reordenamento urbano que estava sendo implantada nas cidades brasileiras, Florianópolis “modernizou” sua região central onde também se encontravam as populações mais empobrecidas da cidade. Foram alargadas as estradas e tomadas inúmeras medidas higienistas, dentre elas a desocupação e demolição de casebres e sobrados para que seus terrenos pudessem ser utilizados para novos fins. A expulsão das famílias pobres levou-as a ocupar terras nos morros próximos ao centro, no Maciço do Morro da Cruz, sendo a origem destes moradores: descendentes de açorianos, escravos libertos e população mestiça³⁸.

E como cita Barbosa³⁹, Florianópolis, de forma tardia seguia a tendência da época de se formular reformas urbanas que dessem às cidades formas e ares que pudessem exprimir o progresso e o desenvolvimento da nação que estava nascendo naquele momento. Buscava-se espelhar rigorosamente o exemplo do Rio de Janeiro da *Belle Époque*, então capital da República. Junto a essas modificações físicas da cidade era preciso igualmente “limpar” a área central e para tanto se fazia necessário a retirada de alguns estratos indesejáveis da sociedade da época, dentre eles os negros que viviam em cortiços e que foram mandados

³⁸ SANTOS, 2009, p. 82.

³⁹ BARBOSA, 2010, p. 10.

para outras áreas da cidade, alguns deles subiram os morros que rodeiam o centro. Daí se tem o primeiro indício do povoamento da Comunidade do Monte Serrat.

Voltando com Narzetti⁴⁰, a retirada dos cortiços caracterizou um momento significativo na ocupação inicial do território do Maciço do Morro da Cruz, entretanto, faz parte de um momento específico da história do local, que ainda pode ser aprofundada e dividida em diferentes fases. Ele destaca que a ocupação do território do Maciço do Morro da Cruz em duas fases, sendo num primeiro momento habitada por escravos libertos e moradores dos cortiços destruídos no centro da cidade e, num segundo momento, pelo êxodo rural atraído pelo aquecimento da construção civil na cidade. Outra hipótese considerada é que a ocupação e urbanização do Maciço do Morro da Cruz aconteceu em três diferentes momentos. O primeiro momento ocorreu durante o século XVIII em que escravos e soldados de baixa patente se instalaram na base dos morros para terem suas moradias próximas às áreas centrais urbanizadas. O segundo momento foi a partir de 1920, com as medidas sanitárias que removeram os cortiços do centro da cidade e consequentemente expulsaram os seus moradores de baixa renda forçando-os a procurar novas moradias. E o terceiro momento, entre os anos 1950 e 1960, em que migrantes vindos do interior do estado se deslocaram para a capital em busca de trabalho e melhores condições de vida ocupando os morros como alternativa de moradia com baixo custo e localização de fácil acesso ao centro da cidade.

A partir destes diferentes momentos de ocupação do Maciço do Morro da Cruz sua urbanização evoluiu de forma contínua nos anos subsequentes, substituindo as áreas verdes cobertas de vegetação por áreas ocupadas com a construção de moradias. As poucas áreas verdes não ocupadas representam lugares de difícil acesso e com declive acentuado.

Conforme Araújo⁴¹, em meados das décadas de 1920, ocorreu um processo migratório de famílias oriundas das regiões adjacentes a Florianópolis para a capital do estado de Santa Catarina. Entre essas regiões podemos destacar Biguaçu e Alto Biguaçu, atualmente os municípios de Biguaçu e Antônio Carlos⁴² respectivamente, cujos habitantes, muitos

⁴⁰ NARZETTI, 2014, p. 28.

⁴¹ ARAUJO, 2004, p. 32.

⁴² O município de Antônio Carlos foi criado em 1963. Anteriormente, era uma parte do município de Biguaçu (fundado em 1833) conhecido como Alto Biguaçu.

negros, tentarão se estabelecer em localidades da capital como o Morro da Caixa d'Água, Morro do Chapecó, Morro da Mariquinha, Morro do Mocotó e Coloninha. Embora algumas destas localidades tenham mudado de nome com o passar dos anos – como, por exemplo, o Morro da Caixa d'Água, chamado hoje de Monte Serrat, e o Morro do Chapecó, chamado de Morro do 25, a maioria ainda é reconhecida pelas mesmas denominações.

Acredita-se que os primeiros moradores do Morro da Caixa d'Água tenham se estabelecido por volta de fins do século XIX. No entanto, as famílias oriundas de Biguaçu e Alto Biguaçu mais antigas fixarão suas residências no final dos anos 1920, anos 1930 e início dos anos 1940. Apesar de ter uma ocupação antiga, o número de habitações no Morro da Caixa era, nessa época, ainda incipiente. A utilização dos espaços do morro e o aumento populacional se darão somente a partir da década de 1950, ganhando vulto nas décadas subsequentes com o crescimento urbano da cidade.

De acordo com Araújo⁴³, Florianópolis ainda não se apresentava como referência de modernidade e urbanização. Ao contrário, era permeada de chácaras e possuía uma população que também dependia da lavoura de subsistência e da venda do pequeno excedente. As possibilidades de trabalho das camadas menos favorecidas da sociedade florianopolitana, portanto, estavam assentadas na agricultura de subsistência, no pequeno comércio de excedentes e no trabalho de frete com galeotas⁴⁴ nos arredores do mercado público.

O movimento portuário, que no século XIX fora um dos importantes propulsores da economia da cidade através do transporte marítimo e do comércio exportador, desaparecia paulatinamente com o passar do século XX. A proibição da entrada de navios de grande calado nas baías florianopolitanas, assim como a pequena navegação costeira que também foi inviabilizada, diminuiu as atividades econômicas e comerciais da cidade fato este que, nas décadas seguintes, será considerado pelos urbanistas como responsável pelo marasmo em que se encontrava a cidade.

⁴³ ARAUJO, 2004, p. 35.

⁴⁴ Galeotas eram espécies de carrinhos utilizados para transporte de mercadorias. Segundo o Dicionário Aurélio: “4. Carrocim constituído de uma caixa inclinável para carga e descarga, duas rodas e um varal central, e que se usa, puxado a braço, em trabalhos de terraplenagem manual, para transportar o material escavado”. Dicionário Aurélio eletrônico. Nova Fronteira/Lexicon Informática, 1999. 1 CD-ROM.

Percebe-se, desse modo, que Florianópolis possuía pouca expressão econômica no cenário nacional, mas, por outro lado, era considerada pelos trabalhadores das regiões adjacentes um importante centro comercial para a venda de seus produtos. Pensar Florianópolis apenas a partir de sua representação econômica no cenário nacional é, portanto, ignorar experiências e expectativas de pessoas comuns, trabalhadores rurais e urbanos, tanto da cidade quanto de outros municípios, que enxergavam o centro da capital do estado como um ambiente pulsante de comércio, diferente de seus locais de moradia e de suas referências bucólicas.

Ainda Araújo⁴⁵, a imigração de trabalhadores da região do Alto Biguaçu para Florianópolis e, no nosso caso, para o Morro da Caixa d'Água não foi obra do acaso. Fica então a questão: Quem são as pessoas que vieram para o Morro da Caixa? A resposta nos ajudará a explicar algumas práticas entre seus moradores nos anos 1950 e 1960.

O Alto Biguaçu era uma região de características rurais, seus moradores extraíam da terra a maioria dos artigos necessários à subsistência e o que não se produzia, geralmente, era obtido através de trocas com vizinhos ou comprado na capital. Habitada por famílias negras – dentre as quais estão os Cardoso, os Veloso, os Barbosa, os Farias, os Cristóvão, os Rosa e os Pereira – e brancas, muitos destes descendentes de alemães, a localidade foi, segundo Rogério Kremer, pesquisador da história do município de Antônio Carlos, um reduto de quilombos nos tempos de escravidão: “Durante o período escravista, o Alto Biguaçu foi uma das regiões próximas da Ilha e do Desterro que concentrava o maior número de quilombos”. Dentre estas famílias negras, duas terão importante participação na ocupação do Morro da Caixa d'Água e na sua futura organização, as famílias Cardoso e Veloso. Segundo relatos orais, os primeiros teriam origem na região do Alto Biguaçu enquanto os segundos seriam provenientes de Florianópolis.

A partir da década de 50 do século XX tem-se outro ciclo no povoamento da comunidade, também caracterizado pela imigração do campo, mais especificamente das áreas de Antônio Carlos e Biguaçu. Esse êxodo rural deveu-se, principalmente, em decorrência da falta de possibilidades materiais de manutenção da vida no campo aliado ao pelo surgimento de oportunidades de trabalho no espaço urbano. Havia uma demanda da mão-de-obra para a construção civil, logo, algumas firmas realizavam campanhas que estimulavam a imigração dessas áreas rurais próximas para a cidade.

⁴⁵ ARAÚJO, 2004, p. 40.

Barbosa salienta ainda que numa passagem do livro *Memórias*, produzido pelos moradores da comunidade nos anos 90, fica claro a evidência dessa forma de migração das áreas rurais próximas à cidade para o Monte Serrat quando se fala da história de Zeferino Cardoso:

Zeferino Joaquim Cardoso, um dos primeiros moradores do Monte Serrat, veio do Alto Biquaçu, hoje município de Antônio Carlos, que deu origem à maioria dos moradores de etnia negra residente na comunidade. [...] Já idoso e um pouco doente veio morar no Monte Serrat, onde alguns de seus filhos já moravam. Nesta época, havia poucas casas, muito mato, os caminhos eram difíceis. A água era abundante: de poço e de cachoeira [...]. Sua vida aqui foi muito difícil, tentando várias vezes retornar a sua localidade de origem. Não conseguindo Zeferino morreu pobre por aqui mesmo⁴⁶.

É importante salientar alguns aspectos da formação da comunidade, primeiro que, desde o processo de povoamento dos espaços comunitários, localizada no Maciço Central do Morro da Cruz, ou seja, num dos morros que rodeiam o centro da cidade, houve uma relação de colaboração entre os moradores já residentes com os recém-chegados, numa relação de solidariedade que se pode dizer ser uma das fontes do envolvimento dos moradores para a luta contra as adversidades e por seus direitos.

3.4 HISTÓRICO DE LUTAS NA SUPERAÇÃO DOS MUROS OCULTOS

Aqui neste capítulo será apresentado resumidamente, conforme trabalho de Barbosa⁴⁷, três momentos de superação das dificuldades que marcaram a história da comunidade: a criação da escola de samba Copa Lord, os mutirões e o exemplo de vida de luta da senhora Catarina Barbosa. Posteriormente, são apresentadas e comentadas as entrevistas realizadas com três líderes comunitários (Monte Serrat e Alto da Caieira), exemplos vivos de luta na desconstrução desse muro invisível e

⁴⁶ BARBOSA, 2010, p. 12.

⁴⁷ BARBOSA, 2010, p. 16.

também pelo fato de questionar as estruturas postas por um *modus operandi* da cidade que impõe certas formas de pensar e agir e transcender os meios e espaços de vida dos moradores, no sentido de “romper os muros” que dividem a Comunidade (pobre) da Cidade (modelo).

3.4.1 Fundação da escola de samba pela comunidade

A ideia de fundar uma escola de samba nasceu numa conversa de bar entre amigos, após uma partida de futebol no campo do que é hoje o Instituto Federal de Educação da Santa Catarina (IFSC), próximo ao Monte Serrat. No verão de 1955, mais precisamente em 22 de janeiro, Abelardo Henrique Blumenberg (Avez-Vous), Juventino João dos Santos Machado (Nego Quirido), Valdemiro José da Silva (Lô) e Jorge Costa (Jorginho) reuniram-se frente ao bar do Seu Segundo (Secundino Lemos), que ficava ali na Avenida Mauro Ramos, cantando sambas carnavalescos e “trocando conversa” fundaram a *Sociedade Recreativa Cultural e Samba Embaixada Copa Lord* ⁴⁸.

O nome é alusão a uma gíria muito corrente na época no Rio de Janeiro que significa “viver numa boa” (copa lord). Nas palavras de Abelardo H. Blumemberg, o Avez-Vous: “Copa Lord é vivermos numa boa nessa embaixada”⁴⁹.

Naquele momento a tradição carnavalesca da cidade se resumia às sociedades carnavalescas que exibiam seus carros alegóricos de mutação, essas sociedades eram constituídas de pessoas das classes média e alta florianopolitana que festejavam seu carnaval, ou nos clubes tradicionais, como “Paula Ramos”, “12 de Agosto”, entre outros, ou exibindo seus já ditos carros de mutação nas ruas da cidade. Em síntese, esses espaços eram restritos às classes já mencionadas, tendo um caráter muito seletivo.

As escolas de samba que surgiram em Florianópolis eram essencialmente oriundas da articulação das classes baixas, assim como em outras regiões do país, que procuravam uma alternativa despojada e alegre para fazer seu carnaval.

Observando os processos de formação e povoamento da comunidade do Monte Serrat percebe-se um lugar fértil para o nascimento de manifestações populares, tanto de cunho político, como veremos depois

⁴⁸ BLUMEMBERG, Abelardo Henrique. **Quem vem lá?** A história da Copa Lord. Florianópolis: Garapuvu, 2005, p. 15.

⁴⁹ BLUMEMBERG, 2005, p. 16.

com os mutirões, quanto de cunho cultural, que representa o carnaval⁵⁰. Da década de 20 até a década de 50 passaram-se 30 anos - ou mais, levando em conta que não existe dado que mostre o ano exato do início do povoamento do Monte Serrat, o espectro de tempo é pouco, mas os moradores já sentiam necessidade de expressão social. Isso mostra que a restrição dos espaços do morro vai começando a ser superada aos poucos.

O Monte Serrat passa a ser, a partir da fundação da Copa Lord, referência na cidade pelo samba que faz. A cada carnaval, e isso se vê desde 55, a comunidade se envolve nos “projetos carnavalescos”, na confecção das fantasias, na ida aos ensaios de bateria que hoje acontecem no centro da cidade, na força despendida e na fé de um novo título. A Embaixada Copa Lord só é referência pela força da comunidade, na sua grande maioria de negros, que têm no samba uma espécie de libertação dos males, das tristezas da vida. É no canto que se canta junto e no sambar cheio de categoria que o negro se expressa e se sobressai como sujeito que “sabe levar a vida” com todas as dificuldades e entraves impostos a ele.

Figura 5 – Desfile da escola de samba Embaixada Copa Lord em 2013



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis

Roberto Damatta (1998), ao falar do carnaval como característica marcante do brasileiro e do Brasil afirma que: “Carnaval, pois, é inversão porque é competição numa sociedade marcada pela hierarquia. É

⁵⁰ Podemos vislumbrar o carnaval também como manifestação político-social, no sentido de ampliar os horizontes de compreensão desta manifestação.

movimento numa sociedade que tem horror à mobilidade, sobretudo à mobilidade que permite trocar efetivamente de posição social. É exibição numa ordem social marcada pelo falso recato de ‘quem conhece o seu lugar’ [...]. É feminino num universo social e cosmológico marcado pelos homens”⁵¹.

Em 25 de fevereiro de 1955, a escola desfila pela primeira vez e é consagrada campeã do carnaval com o enredo “Exaltação a Tiradentes”, em deliberação os componentes decidem ser essa a data de fundação da escola. Hoje a Embaixada Copa Lord se consagrou como berço do samba, no quilombo Monte Serrat.

3.4.2 Mutirões

Nos anos 80 do século XX se desenvolveu um tipo peculiar de política pública municipal em Florianópolis, caracterizada por mutirões realizados nas comunidades pobres da cidade. Os mutirões eram meio de uma ação da prefeitura que se utilizava das comunidades como “mão-de-obra barata”⁵² para a execução de obras públicas municipais, essas ações tiveram grandes impactos no cotidiano do Monte Serrat.

A importância desses mutirões não está simplesmente no fato de utilização, por esse meio, da mão-de-obra da periferia - que de per si nos fazer pensar o caráter que eles tinham - mas nos aspectos de positividade que os mesmos propiciaram para o surgimento de um processo de conscientização do papel dos moradores da comunidade frente aos espaços da cidade, espaços de lutas, de discussão, de convivência.

Desta forma, houve uma inversão das consequências desses mutirões, em que os moradores começaram a pensar suas ações. Foi a partir disso que a comunidade transformou os mutirões em espaços que criavam a reflexão, através da articulação do fazer e do pensar coletivos, ao final dos trabalhos faziam-se reuniões que tinham como escopo de discussão as problemáticas da comunidade, procurava-se indagar sobre seus desafios, conflitos e necessidades ⁵³.

⁵¹ DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 78.

⁵² GROH, Vilson. **Labirintos de esperanças:** o significado pedagógico das histórias de vida de lideranças populares na trajetória comunidade, CEDEP, orçamento participativo na cidade de Florianópolis, 1998. 270 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). p 47.

⁵³ GROH, 1998, p. 47.

Com esse processo é que a comunidade inicia uma busca de suas raízes, dos “porquês” de sua formação e de sua atual situação na cidade. Essa busca se deu essencialmente através da oralidade, das conversas e rememorações dos moradores mais antigos, contando-se a trajetória de suas famílias e relembando, reconstruindo sua própria história. Os mutirões “aconteceram todos os sábados e domingos, e algumas vezes durante a noite, no período de 1983 a 1985”⁵⁴.

No momento em que a comunidade pensa sobre seu papel e decide lutar por sua história, reconstruindo-a, ela demonstra a sua força para atuar contra as dificuldades postas pelo *modus operandi* das relações da cidade que exclui (e excluiu), que não possibilita mobilidade dos negros descendentes de escravos que ainda hoje se contraem nos espaços restritos da cidade. Nesse momento os moradores dão um passo decisivo em sua história, porque deixam claro que não estão dispostos a aceitar o posto, o instituído, a conviver nas impossibilidades que dificultam seu viver.

Fica exposto o viés transformador possibilitado pelos mutirões, que ao reunir os moradores da comunidade, irreversivelmente, criaram um espaço de reflexão, discussão e, o principal, de aprendizado, tanto de sua condição histórico-social, quanto de suas possibilidades de mudança da ordem instituída a partir de ações coletivas visando a melhoria das condições de vida, de relacionamento, de convivência, enfim, melhoria da “vida da comunidade”, possibilitando um olhar para além do visto, vislumbrando o escondido, o camuflado e sonhando utopias de vida.

É a partir desses mutirões também que se organizariam atividades políticas como a reestruturação do Conselho Comunitário, que nos tempos passados era utilizado como espaço de manipulação política partidária e votos eram angariados a favor de um ou de outro candidato. A principal via de acesso à comunidade Monte Serrat, a Rua General Vieira da Rosa, foi calçada nesses mutirões, mais adiante outras necessidades foram sendo pleiteadas no espaço político pelos moradores da comunidade. Assim é que conseguiram receber o abastecimento de água nas casas do morro, enfrentando um paradoxo que se refletia no fato de que desde 1909 existia um reservatório de água que ficava na comunidade denominado de “Caixa d’Água” e que abastecia parte da cidade.

O conflito ia se mostrando como meio de se buscar os direitos na esfera política, e foi no embate realizado frente ao pouco caso feito pelo poder público em relação às necessidades mais elementares, como a água encanada e o calçamento da rua, que só foi realizado com a utiliza-

⁵⁴ GROH, 1998, p. 48.

ção irônica do trabalho barato, que os moradores do Monte Serrat se destacaram na estrutura da cidade, porque começaram a se organizar num espaço caracterizado pela desorganização. E se organizando lutaram por melhorias de condições de vida, por visibilidade numa cidade que não quer ver os “índesejáveis”, mesmo que esses figurem num lugar nada invisível: nas encostas dos morros que rodeiam o centro da cidade, lugar por onde passa, necessariamente, boa parte de cidadãos da elite florianopolitana.

3.4.3 O papel da mulher, em especial, da mulher negra, na resistência às adversidades: o exemplo de Dona Catarina Barbosa

No desenvolvimento da vida na comunidade, é significativo o papel da mulher como ator de resistência às dificuldades inerentes ao modo de vida imposto, em que imperava a pobreza, as restrições (de locomoção, mobilidade, desenvolvimento das relações sociais); porque a mulher, principalmente a negra, garantiu muitas vezes as condições de subsistência da família.

Já foi dito que com a abolição da escravidão as condições socioeconômicas do povo negro não se modificaram e que a relação de *señhor-escravo* se estendeu na relação branco-negro, portanto o negro, apesar da abolição, continuou a exercer o papel de dominado em relação ao branco (dominador). Alguns fatores desempenharam papel indispensável para isso, assim a discriminação *ao tripaliu*⁵⁵ (aqui, doméstico) fez com que o mesmo continuasse a ser exercido por quem já o exercia por excelência; também as condições oferecidas ao negro após a abolição, que foram nulas, possibilitaram essa perpetuação, porque não havia possibilidades materiais de mobilidade social.

Pois bem, sem qualificação ou alguma condição material (terra, propriedade) de mobilidade, e com o único bem que possuíam que era o trabalho físico, e com o mercado de trabalho não muito favorável aos homens, as mulheres tinham a responsabilidade de manter a casa. Esse manter a casa era realizado com serviços meramente domésticos, nos ateremos aqui a um em específico que era o serviço de lavadeira e a uma pessoa em especial: Dona Catarina.

⁵⁵ DaMatta descreve a concepção do trabalho na tradição brasileira concebido como castigo. Segundo ele: “E o nome diz tudo, pois a palavra deriva do latim *tripaliare*, que significa castigar com o *tripaliu*, instrumento que, na Roma Antiga, era objeto de tortura, consistindo numa espécie de canga usada para suplicar escravos”. DAMATTA, 1998, p. 31.

Dona Catarina Barbosa lavava roupa para fora nas fontes e cachoeiras da comunidade, era casada com Juvenal Barbosa e com ele teve nove filhos, morava no “Pastinho”, uma das localidades da comunidade. Saía cedo de casa para lavar roupa, já às 5 horas da manhã lá ia ela em direção à cachoeira. No desenvolver do seu trabalho descia e subia umas cinco vezes diárias carregada de roupas. Para passar o tempo, como era muito religiosa, cantava hinos de louvor a Deus com a esperança de que a vida iria mudar.

Dona Catarina era negra e desempenhava os papéis desempenhados por seus descendentes que vieram do Alto Biguaçu para Florianópolis em busca de boas novas, não sabia ler nem escrever e trabalhou até conseguir com muita luta o seu direito de aposentadoria.

Ela passou toda a sua vida resistindo, sem poder descansar para não perecer. Uma mulher que apesar de não ter nenhuma instrução participou ativamente da “construção” da comunidade. Foi Dona Catarina que também ajudou na “construção” da noção do que seria a Capela Nossa Senhora do Monte Serrat, ela que se envolveu na horta comunitária, na padaria comunitária, nos mutirões. Ainda hoje ela é lembrada pelos moradores do Monte Serrat como pessoa indispensável para contar a história do Morro.

A luta dela não foi de palavras e gestos, e sim uma luta de ação, que consistia no “botar a mão na massa”, como se diz. Ela se destaca porque sua força, apesar das restrições físicas e sociais que sua condição impunha, representava a força da mulher negra, que alimenta seus filhos, que faz os serviços domésticos, que trabalha, e ainda consegue ajudar a transformar os espaços da comunidade. Como elemento político ela é chave do entendimento das mulheres do Morro.

Dentro da sua atuação nos parece que ela sabia que a sua geração não sentiria os maiores resultados de suas lutas. Ela morreu sem saber escrever, tendo que assinar seus documentos com as impressões digitais. Morreu sem saber ler a Bíblia que tinha em casa, uma Bíblia grande que ficava aberta na estante, mas que Dona Catarina nunca, sequer, teve a oportunidade de sabê-la com sua própria ação: a leitura.

Também por esse fato é que a história da comunidade do Monte Serrat se dava através da oralidade, porque a grande maioria dos membros antigos era analfabeta. Essa história oral se distinguia pelos elementos que se uniam no contar as histórias, dessa maneira, mas nunca se repetiam da mesma forma, porque o contador a mudaria de acordo com suas emoções e necessidades e por isso a beleza e a importância do contar na construção da comunidade.

O aprendizado dessas mulheres analfabetas se dava pela relação do corpo de mulheres que se expressavam pouco em palavras, mas que se multifacetavam em dizeres nos gestos, no espírito, no andar, no não falar muito. Esse tipo de aprendizado é doloroso, porque nem sempre quem participa entende os significados da linguagem corporal. Nesse processo de aprendizado também se mostra o lado coletivo em que as mulheres lavadeiras se interagem no canto laboral, um canto marcado pela tristeza, pela dor e pela esperança do novo, canto agudo de mulheres fortes que cantavam para o tempo passar, nos altos do Monte Serrat.

4 O GRITO QUE VEM DA PERIFERIA: A LUTA PELA MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Foram realizadas oito entrevistas com três personalidades importantes para a história das comunidades do Monte Serrat e Alto da Caieira: Dona Tereza Ribeiro, Dona Darcy Vitória de Brito e Sr. João Ferreira de Souza (Seu Teco). As entrevistas foram realizadas nas próprias comunidades entre os dias 18 de maio e 17 de agosto de 2016. Os relatos são descritos, contextualizados e comentados nos textos que seguem.

4.1 O TESTEMUNHO DE DONA TEREZA RIBEIRO: COMUNIDADE ALTO DA CAIEIRA

Dona Tereza Ribeiro é natural Palmeira das Missões, nascida em 13 de novembro de 1948 e teve seis filhos. Morava em Ametista de Sul, divisa com a cidade de Frederico Westphalen/RS, e a convite dos filhos que moravam em Florianópolis, em 1998 ela se mudou para o Morro.

Segundo ela, o que acelerou a sua vinda foi um sinistro: um incêndio na sua casa, em que apenas se salvaram documentos e uma imagem de Nossa Senhora Aparecida. Desgostada, largou tudo (neste ínterim perdeu também uma filha aqui em Florianópolis) e veio morar com os filhos, hoje seu maior tesouro. Dona Tereza vive na comunidade há 18 anos junto com uma das suas filhas.

Desde pequena se sentia chamada a realizar algo mais que simplesmente rezar o terço diariamente com sua família, seguidores da Assembleia de Deus. Era uma família bastante religiosa, porém muito rígida e não a deixavam sair para lado nenhum. Após casar, aos 22 anos voltou para a igreja católica efetivamente e aí a partir daí sempre foi seguidora de Jesus (e não somente adepta), pois nunca desaminou apesar de todos os percalços da vida.

No Rio Grande do Sul já trabalhava desde 1987 com a pastoral da saúde e da criança nos lares mais necessitadas, acossados por brigas e muita pobreza. Conforme ela relata, “agarrada nos braços de Jesus e com a ajuda de Nossa Senhora”, ela visitava as famílias uma vez por mês e hoje lembra com carinho de dois companheiros de caminhada, os senhores Orlando Moreira e Basílio Castro, entre outros.

Após anos de luta para construção de uma sede para encontros e rezas (as casas eram pequenas demais para tanta gente) e também de uma gruta, com autorização do bispo, em homenagem a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, mais tarde cultuada como Nossa Senhora Aparecida, deixando assim um legado muito forte em termos de organização

da comunidade na Villa Cambuim, primeiro bairro do município de Ametista do Sul.

Estudou até a oitava série trabalhando na roça e como doméstica nas casas, e nos finais de semana ajudava no serviço de saúde orientando sobre o uso adequado de remédios e outros benefícios da população.

Atualmente, Dona Tereza atua como catequista na comunidade e trabalha no Conselho da Associação de Moradores do Alto da Caieira – AMAC (já foi presidente e vice do conselho), lutando pelo saneamento básico no Maciço do Morro da Cruz, junto com as demais comunidades.

Dona Tereza sempre foi católica, assim como sua família, tendo trabalhado com as freiras da Congregação Nossa Senhora Menina, de São Paulo. Trabalhava no ano 2000 como doméstica em Canasvieiras, e sua filha sabendo de sua tristeza em não fazer trabalho pastoral nos finais de semana, indicou ir com seu neto para conhecer e conversar com o padre Vilson Groh no Monte Serrat e assim o fez. Contou para ele sua vida de luta e se ofereceu para trabalhar no Alto da Caieira fazendo o mesmo trabalho, para melhoria da comunidade junto com a pastoral catequética.

Inicialmente, sua luta foi construir provisoriamente uma pequena capela de lona preta e bambus onde ela e quatro mulheres começaram com a catequese e a crisma. No dia 22 de dezembro de 2000, tendo no barraco 24 alunos da crisma e mais 22 alunos da catequese, choveu forte e o vento levou tudo. Com a ajuda da Polícia Militar, arrumaram a capela e mais uma vez, à tardinha, o vento e a chuva arrasaram tudo de novo. Foi então que Dona Jandira, dona de bar e oficina (já falecida), ofereceu seu espaço na modesta oficina para fazer a celebração, pois tinha tido um sonho. A chuva ainda batia forte, mas a celebração foi realizada e todos saíram animados.

A partir daí começou a luta para construir a capela de madeira, com compra de mais dois terrenos com dinheiro arrecadado da comunidade e dos ricos, que davam brindes para sorteio. A capela foi terminada no ano seguinte (2001), em outubro. Três anos depois foi iniciada a construção da atual igreja de tijolos, com a colaboração da comunidade, a partir de mutirões, jantas, almoços e bingos para arrecadar dinheiro, tendo como construtores o Sr. Conrado Becker e o Sr. Sérgio dos Santos. A igreja ficou pronta em 2006.

A líder comunitária do Alto da Caieira lembra que, com as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, participou das parcerias entre a comunidade e órgãos públicos para a capacitação dos adolescentes carentes como, por exemplo, em aulas de informática e secretariado. As CEBs também fizeram com muita dedicação e pesquisa os relatos da

história de cada um dos mártires da igreja, retratados na capela, gente que ouviu e agiu conforme os ensinamentos de Jesus, pela justiça e partilha cotidiana com os irmãos. Para a Dona Tereza, a história que mais lhe marcou foi a da líder sindical Margarida Maria Alves, que defendia o direito das mulheres e camponeses pobres na região da Paraíba.

Dona Tereza lembra com muito orgulho uma das maiores conquistas: a instalação da água encanada na comunidade. No início utilizavam água de poço artesiano, mas houve uma contaminação pela poluição e com isso muitas pessoas, principalmente crianças, adoeceram.

As conversas iniciaram com a então prefeita Ângela Amim, que se negou a ajudar dizendo que na comunidade não havia gente morando, só mato. Com a negação da prefeita, os moradores invadiram a sala do presidente da Casan, Sr. Walmor De Luca. Segundo o relato, era tanta gente que as pessoas tiveram que sentar no chão. De Luca autorizou então usar a água por meio de mangueiras, utilizando a fonte da RBS. Essa estratégia não funcionou, pois houve confusão com os moradores que cortavam as mangueiras uns dos outros. Os moradores invadiram novamente a Casan e então finalmente foram iniciadas as obras para trazer a água encanada para a toda a comunidade, em 2007.

O jornal Hora de Santa Catarina, em 21 de fevereiro de 2007, fez uma reportagem sobre o “Bloco dos Sem Água”, comentando que a comunidade do Alto da Caieira encontrou um jeito bem-humorado para se manifestar sobre a falta de água na sua comunidade. Além de apitos 30 moradores, representado 400 famílias, faziam som, batucando em baldes e em galões de água. Nas mãos carregavam chuveiros, mangueiras e até uma descarga manual e cartazes de protesto como “Senhor Walmor De Luca, tivemos várias reuniões e até que aqui sem soluções”.

Segundo Dona Tereza, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) trouxe melhorias com obras de infraestrutura, como ruas asfaltadas e construção de casas, porém ela lamenta que foram descontinuados os cursos de pintura em camisetas e panos de louça, tricô, crochê, costura, fabricação de vela e bordado.

Dona Tereza está satisfeita com as conquistas feitas com a questão da água encanada, asfalto, muros de contenção, porém lembra que ainda há muito o que alcançar, como: creche, posto de saúde, a própria conclusão do saneamento básico (água e esgoto), obtenção de nome das ruas secundárias ou becos com nome de pássaros e árvores (o carteiro deixa cartas no mercadinho e bares), número das casas. Ela lembra que o projeto dos nomes das ruas já foi levado para Câmara Municipal de Florianópolis e para o prefeito, mas até agora sem sucesso. Para a creche e o posto de saúde já existe terreno disponível. Hoje os moradores preci-

sam frequentar os serviços no bairro Saco dos Limões, e pela distância, fica impraticável visitar a creche e o posto de saúde lá presentes.

No que diz respeito à educação, Dona Tereza sempre que pôde participou de eventos e cursos na comunidade, como pode ser verificado na lista abaixo:

- Curso de Massoterapia na gestação e parto para gestantes do Alto da Caieira, em novembro de 2010 (Grupo MANA).
- Curso sobre Projeto de Diálogo com as Comunidades da Prefeitura Municipal de Florianópolis, sobre a possibilidade de efetivação dos direitos das mulheres jovens e adultas, em dezembro de 2014.
- Eleição como membro do Conselho Fiscal da AMAC, em 2003.
- 2ª Conferência Municipal de Defesa Civil, em fevereiro de 2014.
- Curso Formação de Gestores Comunitários pela UFSC, em agosto de 2004.
- Projeto Piloto de Capacitação de Percepção de Risco: a descoberta de um novo olhar, pela PMF e SESP (44 h).
- Reunião Executiva do Fórum do Maciço da Cruz na Catedral Metropolitana de Florianópolis, em setembro de 2003, sobre segurança pública tendo como proposta a integração entre policiais e comunidades carentes e também cursos profissionalizantes como garçons, manicure, recepcionista e guia turístico.
- Reuniões para a elaboração do mapa de risco comunitário, em setembro de 2008, com a Defesa Estadual e Municipal, Ceped/UFSC, Comcap, Parque da Lagoa de Peri e empresas da área ambiental.
- Oficina para abordar os aspectos conceituais de Mapeamento e Gestão de Risco, ministrado pela Fundação Israel Pinheiro-FIP e promovido pela PMF e CEF, em maio de 2013.

Encontros de lideranças comunitárias “Trocando Saberes”, promovido pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental de Florianópolis, em setembro de 2013.

4.2 O TESTEMUNHO DE DONA DARCY VITÓRIA DE BRITO: COMUNIDADE DO MONTE SERRAT

Dona Darcy Vitória de Brito nasceu no Monte Serrat no dia 4 de dezembro de 1938, há 77 anos, duas casas abaixo da atual casa. Sua mãe veio de Brusque e seu pai de Florianópolis. Sua avó paterna veio pra Florianópolis expulsa da casa dos pais, pois o marido, um índio, havia falecido e seu pai italiano, por preconceito, não a quis com seus filhos. Seu avô paterno ocupava o cargo na Exatoria Estadual, muito católico e

frequentava a Igreja Nossa senhora do Parto. O pai era pintor e fazia suas próprias tintas, conforme tinha aprendido na antiga escola dos artífices, antigo IFSC, e sua mãe era lavadeira. Seus pais fizeram 51 anos de casados e se davam bem, assim como Dona Darcy, que também fez 50 anos de casamento.

Sua família é católica desde os avós maternos e paternos, sendo que seu avô frequentava a missa na antiga igreja da Nossa Senhora da Conceição, próxima à antiga Praça Getúlio Vargas, hoje não mais existente. Atualmente, a igreja fica na Rua Vitor Konder, próximo ao banco redondo da Mauro Ramos.

Todo o domingo ia à missa com sua mãe na catedral (na comunidade era aos sábados, mas nem todos) e lembrou que naquele tempo a missa era rezada em latim. Com o Concílio Vaticano II de 1963, as missas passaram a ser em português, e o primeiro padre a rezar em português na Catedral foi o padre José Edgard de Oliveira (agora recém-falecido). E lamenta: “Bíblia a gente não lia, infelizmente não tinha direito”.

Dona Darcy conta que sua mãe era muita sábia e solidária: repartia sempre a comida e ajudava muito os vizinhos, especialmente aquelas que eram empregadas domésticas e não tinham onde deixar seus filhos, que então ficavam com ela. Muito religiosa, era devota de Nossa Senhora do Carmo e foi fundadora do grupo de oração Sagrado Coração de Jesus, da capela do Monte Serrat, junto com a família Kincheski, e o pai era religioso, com sua fé mais reservada.

Sua mãe descendente de escravos e portugueses foi alfabetizada na casa dos Capelas como dama de companhia da Sra. Consuelo Capela. Ela rezava dois terços todos os dias e dizia sempre que ia morrer num sábado, que era o dia de Nossa Senhora. Pois ela morreu aos 96 anos, num sábado, dia 16 de abril de 1994, às 05h30min da madrugada. Na ocasião, foi feita uma missa de corpo presente. Dona Darcy lembra que tudo que ela pedia para Nossa Senhora era atendida, até na loteria ganhou para comprar um terreno onde depois construiu sua casa.

Para Dona Darcy, seguir Jesus significa “doar-se e investir construtivamente no mundo com tanto a fazer, a corrigir, no gesto da oferenda, no ritual da amizade, no ofertório de quem vive para construir e salvar”.

Sempre devota de Nossa Senhora de Monte Serrat, Dona Darcy mora numa casa construída há 48 anos e que para chegar precisa subir um longo e íngreme lance de escadas, com as quais já se acostumou. Gosta muito de seus vizinhos. Graças a sua fé, passou por um câncer e várias cirurgias e afirma que acreditar em Deus é “tudo de bom”, pois

Jesus está sempre presente. Também pede proteção sempre ao Anjo da Guarda, que está perto de Nossa Senhora, e assim é feliz por ser útil à comunidade. Atualmente ela tem três filhos formados e independentes financeiramente, cinco netos e dois bisnetos.

Dona Darcy contou que a comunidade do Monte Serrat já teve vários nomes: Morro do Antão, Rua Lages, Morro da Caixa, Rua General Vieira da Rosa, atualmente, Comunidade Monte Serrat. Fazendo parte do Maciço do Morro da Cruz, foi um dos primeiros morros a ser habitado no início dos anos 1900, logo após o fim da escravidão. Com o término da Ponte Hercílio Luz, na década de 1920, os moradores das cidades vizinhas de Biguaçu, Antônio Carlos e Angelina, vinham vender seus produtos, gostavam da cidade, começando então a vir habitar o que é hoje o Monte Serrat, trazendo em seguida suas famílias.

Outras lembranças importantes sobre a história da comunidade, por Dona Darcy:

- O primeiro reservatório de água da cidade de Florianópolis foi construído em 1911 em nossa comunidade e, até hoje, abastece toda a nossa cidade;

- A pedra do Paraíso, que fica no alto da Nova Descoberta, é um lugar onde morou por muitos anos um senhor por nome Guilherme que fugiu da Alemanha na época da 2ª guerra mundial e ali fez uma caverna para morar;

- A comunidade tinha uma bica, onde antigamente os moradores pegavam água para beber e uma fonte para lavar roupas, pois a população era de lavadeiras.

Dona Darcy estudou até o segundo grau, primeiramente na escola básica Lauro Miller, até a quarta série, e depois foi para o Instituto Estadual de Educação, utilizando um uniforme usado dado pelo diretor de sua filha e também um tênis que era partilhado com uma amiga mais pobre. Apesar de tudo eram felizes e o tempo passava devagar. Dona Darcy tem boas lembranças de seus ex-colegas, pois todos se conheciam muito bem e se ajudavam muito.

Foi trabalhar no Centro, na Escola Antonieta de Barros, em companhia da Sra. Leonor de Barros – irmã de Antonieta de Barros – primeira deputada negra do Brasil e primeira deputada mulher e negra do Estado. Dando aulas no primário tinha a atitude de que sempre que faltava algum aluno negro, ia atrás na casa dele para saber o porquê de estar faltando à aula, pois sabia que a infância dos negros era mais difícil.

Depois de casar com o marido militar da Marinha, foi morar no Rio de Janeiro durante 6 anos, foi quando se formou no magistério nos anos 60. Com o golpe de 64 e os conflitos gerados pelo posicionamento do Cabo Anselmo ⁵⁶, resolveram retornar a Florianópolis em 1966. Como professora, deu aulas em várias salas de aula no morro, pois não existia escola básica, depois numa casinha simples como funcionária temporária (ACT) do governo estadual por 10 anos até então se aposentar pela Prefeitura Municipal. Interessante notar que na época haviam várias salas de aula que pertenciam ao Estado no morro até que fosse construída a escola básica definitiva chamada Prof.^a Lucia do Livramento Mayvorne.

Deu aula também no bairro Rio Tavares, fazendo quase todo o trajeto feito a pé, por duas horas, durante 6 meses, pois só havia ônibus uma vez ao dia e ao meio dia. Depois deu aulas no bairro Saco Grande, na escola José do Valle Pereira, por 25 anos corridos, com aulas também aos sábados; e nesta época substituía colegas para fazerem faculdade na UFSC e hoje formadas são muito agradecidas e muito amigas até os dias de hoje. Nos anos 60, só era possível subir o morro de carroça, pois somente em 1967 foram instalados em sistema de mutirão os calçamentos de paralelepípedos dados pela prefeitura.

Dona Darcy tinha formação para ensinar até a sexta série, mas tinha preferência pela alfabetização em casa e na 1ª série, sendo suas preferências pedagógicas o modelo Montessori e o método de alfabetização do professor Paulo Freire, que é mais atual e mais conscientizador politicamente.

Fez ainda um curso de teologia popular na Fundação Jaime de Barros Câmara, no antigo Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC, hoje Faculdade Católica de Teologia – FACASC, no período de 1992 e 1993, sobre os 500 anos de evangelização na América Latina, com as seguintes disciplinas: Cristologia e Ecclesiologia, Liturgia e Sacramentos, Bíblia e Teologia Moral e Pastoral.

⁵⁶ José Anselmo dos Santos, conhecido na história recente do Brasil como Cabo Anselmo, é um ex-militar brasileiro, líder durante a Revolta dos Marinheiros, que deu início à série de eventos que culminariam na derrubada do presidente eleito João Goulart pelo golpe de Estado de 1964, e na ditadura militar que governaria o Brasil nos vinte e um anos seguintes. Agente infiltrado das forças de repressão do governo militar, Anselmo coletava e fornecia informações aos militares que lhes permitiram capturar guerrilheiros e opositores da esquerda, incluindo sua noiva, que, mesmo grávida, foi brutalmente torturada e morreria em uma prisão militar.

Foi catequista de batismo e de crisma na comunidade por vários anos, onde a liturgia era feita para entender a história da cultura de nossa “mãe” África, no sentido de criar a consciência negra, isto é, orgulho para reivindicar direitos esquecidos ao longo da história do Brasil.

Dona Darcy conta que no início, no Monte Serrat, havia apenas a capela criada em 1926 e que depois foi demolida, com a vinda do padre Agostinho Staehelin, hoje ainda vivo como Monsenhor Agostinho Staehelin. Ele vinha celebrar aos sábados – era da catedral na década de 60 e 70 – e além das atividades pastorais organizou hortas comunitárias e doação de roupas. Em 1978, Dona Darcy e Dona Uda Gonzaga criaram o 1º Conselho Comunitário do Monte Serrat, o primeiro de Santa Catarina.

A história da capela Nossa Senhora do Monte Serrat começou com a vinda da bandeira do Divino, que na época subia o morro e ficava nas casas e assim percorria toda a comunidade. A bandeira do Divino Espírito Santo era da capela do Divino que hoje fica na praça Getúlio Vargas. Dali surgiu a ideia de construir a capela. Foi doado o terreno para a construção e durante muito tempo foram feitas quermesses para a construção da antiga capela. A capela atual é nova, pois a antiga foi construída na década de 20, estava muito rachada e com risco de cair, por isto foi demolida.

Dona Darcy informou que a devoção a Nossa Senhora do Monte Serrat vem de uma localidade na Espanha, onde existe um mosteiro que foi invadido várias vezes por guerreiros e lá a imagem de Nossa Senhora de Monte Serrat ficou por um tempo perdida. A lenda conta que quando a encontraram, estava com a “cor morena”. Ela diz ainda que existem outras imagens de Nossa Senhora do Monte Serrat no Brasil, mas igual à da Espanha só a que está na capela do morro hoje. Hoje nossa capela é a igreja das CEBs, uma igreja libertadora, de luz e de vida.

As CEBs atuam na comunidade desde 1994, sendo presentes através do conservador bispo Dom Euzébio, do padre Vilson, onde foi criado o círio da terra das camponesas que juntou todas as comunidades carentes a da comunidade do Morro da Penitenciária, Morro do Horácio, Estreito, Morro do Mocotó. A Irmã Terezinha, através da pastoral popular, fez conhecer o catolicismo, a fé, o Deus único, os modos de rezar, os seus direitos e deveres, e uma visão crítica da sociedade. As CEBs atuam para a consciência social crítica e a importância da política como instrumento para a realização da caridade efetiva, estudos bíblicos para uma visão mais pé no chão e compreender as diferenças, a encultura-

ção⁵⁷, valorizando sempre o ser humano para a construção de um mundo melhor também numa visão do “cuidar” ambiental do planeta-mãe Terra, como criação eterna de Deus.

Desta organização das CEBs da comunidade partiu de exemplo para outras comunidades se organizarem e conquistarem os seus direitos frente ao poder público sem coração solidário.

Em 1983, com a vinda de padre Vilson, junto com as irmãs Marli e Gema e ex-irmã Ivone, na época da Teologia da Libertação, que priorizava a organização da comunidade, o Conselho Comunitário Monte Serrat teve grande avanço e influência de novas ideias, onde foram dados grandes passos para os interesses maiores da comunidade, como transporte coletivo, água, luz, esgoto, escolas, posto de saúde, e mais tarde os ônibus em 1993, com o asfalto.

Dona Darcy participou da fundação, em 1994, do Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA, com o objetivo de encontrar proteger crianças e jovens do apelo do crime e do tráfico de drogas. Atualmente atua como vice-presidente do CCEA, cujo presidente é o Prof. Eriberto Meurer. Um dos projetos do centro leva seu nome: Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito.

Ela conta que a Casa de Acolhimento veio após a criação da Casa Anastácia, para socorrer as crianças com vida em risco, usadas pelo tráfico de drogas, abandonadas nas ruas (que hoje não se vê mais). Era para ser uma creche para idosos, mas a emergência das crianças falou mais alto. A Casa de Acolhimento já recebeu até crianças de pais ricos, mas drogados, que estavam passando fome e pedindo dinheiro nos sinais-leiros. “Um pecado”, segundo ela, que não pode ver criança em dificuldade, principalmente com fome.

As lutas para melhoria das condições de vida e acesso aos serviços públicos são constantes na vida de Dona Darcy. Ela cita com prazer as melhorias trazidas pelo PAC, com a ajuda da senadora Ideli Salvatti, na contenção de barrancos, construção de casas e a construção do parque do Maciço do Morro da Cruz. Também o surgimento de trabalhos sociais educacionais, como o curso de pré-vestibular, trouxe muita ale-

⁵⁷ Nas palavras de Pedro Arrupe, superior da Companhia de Jesus em 1978: a enculturação é a encarnação da vida e da mensagem cristãs em uma área cultural concreta, de modo que não somente esta experiência se exprima com os elementos próprios da cultura em questão (o que ainda não seria senão uma adaptação), mas que esta mesma experiência se transforme em um princípio de inspiração, a um tempo norma e força de unificação, que transforma e recria esta cultura, encontrando-se assim na origem de uma “nova criação.”

gria. Por outro lado, tiveram de lutar junto ao atual governador para evitar que fechassem a única escola o morro com 90 alunos, por sorte os Maristas de Curitiba assumiram a EEB Lúcia Mayvome em 2013, com reforma, educação de qualidade, lanche, almoço, janta e tudo mais. Agora sonham uma universidade na comunidade com apoio das obras prometidas pelo atual governador.

Mais recentemente veio o Centro de Saúde Monte Serrat, que atende a população com consultas médicas, distribuição de remédios, dentistas, psicólogo e atendimento especial para gestantes, crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Dona Darcy ainda tem muitos sonhos: “Temos várias igrejas aqui no morro com várias religiões e precisamos hoje uma ‘creche’ para os idosos passarem o dia, uma integração com jogos e conversas. E poderia ser usado no terreno das caixas d’água, até fazer uma academia, mas por enquanto negaram o espaço da academia e espaço para uma caminhada. Faz um mês, estão usando o espaço da Copa Lord para educação física e quarta-feira à noite para aula de dança”. “Precisamos de espaços de lazer!”, ela reforça.

Dona Darcy demonstra uma profunda relação de amor e gratidão com a capela Nossa Senhora do Monte Serrat. Por estar na comunidade, por estar sempre de portas abertas para todos que vem até a mesma para rezar e pedir conforto a Nossa Senhora. E assim, ensinou uma oração:

Oração a Nossa Senhora de Monte Serrat

Ó Clementíssima Virgem Maria,

Minha soberana e mãe,

Augusta Senhora do Mont Serrat,

Venho lançar-me no seio de vossa misericórdia,

e desde agora e para sempre,

pôr a minha alma e o meu corpo debaixo

de Vossa salvaguarda e da Vossa bendita proteção.

Confio-vos e entrego nas vossas mãos

todas as minhas esperanças e consolações,

todas as minhas penas e misericórdias,

bem como o curso e o fim de minha vida, para que,

por vossa intercessão e por vossos merecimentos,

todas as minhas ações se dirijam e se disponham

segundo a vontade de Vosso Divino Filho,

Nosso Senhor Jesus Cristo, e que

Minha alma depois dessa vida,

Possa alcançar a salvação eterna.

Ó Maria, concebida sem pecado,

*Rogai por nós, que recorremos a Vós.
Nossa Senhora do Mont Serrat, rogai por nós. Amém!*

Assim, quando foi pedido ao padre Vilson para ser introduzido o busto da escrava Anastácia como símbolo da população negra que mora na comunidade, não foi negado este desejo. Dona Darcy ressalta que os heróis negros devem sempre ser lembrados para que haja nas pessoas, especialmente as negras, o desejo e vontade de lutar pelos ideais, sonhos e esperanças. O busto foi então introduzido na capela no dia 12 de setembro de 1998. “Com estas duas senhoras na capela, a comunidade teve muitas bênçãos, pois conquistou uma Escola Marista (ensino fundamental e médio), creche, posto de saúde, crescimento da escola de samba Copa Lord, presenças da igreja católica, evangélica, centro de umbanda bem como vários projetos importantes como a casa de acolhimento para a crianças e adolescentes em situação de risco, almoço para os moradores de rua, projeto procurando caminho para jovens, Projeto Menor Aprendiz, o Conselho Comunitário e muitas outras organizações virão com certeza através da nossa luta diária e orações que fazemos diariamente, para também termos paz, dignidade, paciência e amor para darmos a quem vem nos procurar. Tudo isto acontece em volta da capela que nunca está distante da comunidade, pois o padre Vilson acolhe a todos que procuram somar junto a nossa comunidade e a Igreja”.

Abaixo são apresentadas duas fotos antigas guardadas por Dona Darcy na comunidade do Monte Serrat.

Figura 6 – Fotografia da comunidade Monte Serrat na década de 50



Fonte: Acervo pessoal de Dona Darcy

Figura 7 – Fotografia da bênção na fundação da escola de samba Copa Lord



Fonte: Acervo pessoal de Dona Darcy

4.3 O TESTEMUNHO DE SEU TECO: COMUNIDADE DO MONTE SERRAT

Seu Teco, João Ferreira de Souza, nasceu numa família de oito irmãos, na comunidade do Monte Serrat, em 1º de junho de 1936. Seus pais vieram de Tijucas e depois se mudaram para o continente, no bairro chamado antigamente de Sapé, hoje Monte Cristo. O pai, Angélico Ferreira de Souza, era taifeiro⁵⁸ da Marinha como barbeiro, e a mãe, Maria

⁵⁸ Nas Forças Armadas do Brasil, taifeiro é graduação militar antiga, sendo de forma geral superior à graduação de soldado recruta, aprendiz-marinheiro e grumete(esses dois últimos nas marinhas); em algumas organizações militares"; é portanto considerado historicamente a primeira graduação após recruta; geralmente e historicamente é o soldado ou marinheiro que já entra na organização militar com alguma profissão ou tem talento para tal, e como tal nas diversas organizações militares de diversas nações, são os motoristas, cozinheiros, alfaiates, barbeiros, copeiros, mensageiros, "ordenanças(secretários ou ajudantes-de-ordem)", podendo, na Marinha do Brasil atingir ao oficialato, como capitão-tenente, na Aeronáutica, chegam à suboficial e no Exército a 3º sargen-

de Almeida de Souza, foi a primeira professora particular da comunidade.

Seu Teco conta que, antigamente, bem antes da igreja chegar e organizar a comunidade com o padre Agostinho Stahelin, a maior parte das pessoas que habitavam o morro veio de Biguaçu e se instalaram na área onde hoje se chama “Pastinho”. Como eram os primeiros e se casavam entre si, primo com primo, não se misturavam, foram apelidados de “a turma do sangue azul”, pois não era fácil entrar as famílias de outras localidades nestes relacionamentos.

Sua mãe era muito católica e ajudava na missa do padre Frederico Rouh, com o ritual doze irmãos da irmandade do Monte Serrat na capela em 1941, já seu pai era também católico, mas brincalhão. Certa vez adoeceu no Rio de Janeiro e foi convertido por um amigo marinheiro evangélico e recebeu de presente uma Bíblia. Depois de curado da doença, avisou sua esposa que tinha encontrado uma religião nova e boa com a Bíblia em português e a convidou para assistir um culto na Assembleia de Deus na Rua Conselheiro Mafra.

Mais tarde, Dona Maria inventou de levar esta Bíblia evangélica para o padre Frederico, que a excomungou chamando a Bíblia “do diabo”, etc. Revoltada, ela saiu da igreja, devolveu todos os apetrechos religiosos e disse para o padre que lá eles explicavam a Bíblia em português e deu adeus. Depois disso, umas irmãs ficaram na igreja católica, outras foram para igreja Evangélica e o Seu Teco ficou lá na igreja Evangélica até os 11 anos, indo todo domingo na escola dominical. Após voltar para a igreja católica, fez a primeira eucaristia com 21 anos de idade.

Começou a trabalhar já morando no morro como servente aos 16 anos nos Correios e depois em 1952 foi nomeado como porteiro. E assim se aposentou como funcionário federal pelos Correios do Centro de Florianópolis.

As associações dos moradores no Brasil foram fundadas pelo ministro Mário David Andreazza, ministro dos Transportes dos governos militares Costa e Silva e Médici, foi responsável por grandes obras realizadas no período da ditadura, criação esta que objetiva controlar os

to-QE. também são digitadores, operadores de informação e outras funções que exigem capacidade especial para o desempenho e o recruta ou aprendiz que entra para o quartel já dispõe da profissionalização ou tem talento para apreendê-la pode submeter-se ao concurso de seleção para o Curso de Formação de Taifeiros.

interesses da comunidade com viés do governo. Nesta época fez vários cursos sobre lideranças na comunidade obtendo diplomas.

Antigamente, existiam os irmãos do apostolado da oração, eram poucas famílias que se conheciam e se ajudavam muito, era como se todos formassem uma só família. E assim se uniram para construir as escadas da capela (já tinham feito a capela), pois muitos trabalhavam na construção civil. Estavam nessa missão Seu Cassimiro, Seu Camilo, Seu Antoninho, Seu Teófilo, Seu Amador, Seu Zequinha e seu Teco. E assim também se ajudavam muito nas reformas e construção de casas, pois eram muito próximos e conversavam muito. Havia uma tradição do morro que era o “vamos lixar o assoalho”, que consistia de realizar bailes a tarde para dançar em cima destes assoalhos, com música era tocada por moradores, e assim iam até o segundo domingo, até cobrir a casa, que seria construída no terceiro domingo.

Depois do mutirão das escadas, veio o mutirão para calçar a Rua General Vieira da Rosa (rua principal da comunidade para o acesso ao centro). Até então a rua era reformada para passagem de carros só em setembro, pois nesse mês todo ano tinha a festa da Nossa Senhora Monte Serrat e a Intendência Municipal vinha arrumar para a festa pois a chuva varria tudo e carro algum subia, só cavalos. Com o comando e pressão do padre Agostinho, o prefeito na época propôs fazermos o calçamento com sistema de mutirão (com a mão-de-obra da comunidade) e assim foi feito o calçamento só até a igreja.

Com a vinda do padre Vilson, foi feita novamente pressão sobre a prefeitura e os trabalhos de calçamento no sistema mutirão foram continuados. Seu Teco lembra que havia muita boa vontade para ajudar nos mutirões na comunidade, ao contrário de hoje. “Naquele tempo, o padre estalava o dedo e vinte pessoas da comunidade vinham correndo ajudar nos trabalhos comunitários e hoje vem pouca gente. E às vezes tem que até pagar para fazer alguns tipos de serviço, o que é triste”, lamenta ele.

Seu Teco lembra de um mutirão onde a prefeitura fornecia o material, 10 tubos de concreto de cada vez, que eram carregados morro acima rolando, desde a caixa d’água até a casa do Carlos com 28 homens (só três que estão vivos hoje seu Teco, o seu Carlos e o seu Olavo). E nas casas aonde iam chegando com os tubos, as pessoas os recebiam com bolo, café, “e até uma cachacinha”, conta ele. Foi uma experiência que uniu muito a comunidade, pois novas ideias iam surgindo para melhorar ainda mais a situação de todos.

Seu Teco entende que hoje falta garra como ir com mais frequência na PMF fazer as cobranças necessárias, e, além disso, há muita poli-

ticagem partidária com os cabos eleitorais, e preocupação com o carnaval somente.

Sempre com esperança na melhoria de vida da comunidade, Seu Teco admira muito o trabalho do padre Vilson Groh, há 30 anos atuando na comunidade, em uma luta cotidiana árdua, que se preocupa mais em formar, dar educação para crianças e jovens junto com os Irmãos Maristas de Curitiba. Ele lembra que a organização da comunidade fez diminuir muito a violência do tráfico na região, realizando projetos necessários para a comunidade, inserção da garotada no mercado de trabalho e nada de conversa com os traficantes.

A vinda do padre Vilson, nos anos 80, além das CEBs com as freiras e ex- freiras, trouxe um aprofundamento do conhecimento sobre a realidade do morro, em outras palavras: tirou o véu da realidade; no sentido de enxergar as causas da realidade sofrida. Segundo Seu Teco, “eles nos ajudaram muito a criar a consciência de andarmos e agirmos juntos para a gente ficar independente e caminhar com as próprias pernas”, ou seja, diminuir e até eliminar o assistencialismo muito comum no morro, incentivado pela igreja e políticos (em época de campanha principalmente), e então que foram feitos mais e mais mutirões para garantir melhorias estruturais das casas e ruas.

Já nos anos 90, a comunidade se uniu para melhorar ainda mais a vida na comunidade com a criação de uma fábrica de sabão (para as mulheres), uma padaria comunitária e uma peixaria, para que não fosse necessário descer o morro, além de ter preços bem menores.

Seu Teco lembra ainda da conquista do ônibus finalmente resolvida na época do prefeito Sergio Grando, no início anos 90, após muita luta. Então foi feita a inauguração, com a visita até do ex-presidente Lula (na época candidato), com cachacinha para a turma toda.

Importante falar que a experiência das organizações coletivas no Monte Serrat começou gerar interesse nos outros morros para se organizarem também, em trabalhos de mutirão e subsistência das mesmas, culminando com a criação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, uma soma das associações e conselhos de moradores dos morros visando lutar por mais segurança, educação, esportes e saúde gratuita boa para todos.

Seu Teco conta que passou efetivamente a “seguir Jesus” depois que se curou do álcool (com a ajuda do AA – Alcoólicos Anônimos) e voltou para a família. Foi aí que começou a atuar na igreja com mais afinco, em 1988, participando como coordenador da igreja e do Conselho Comunitário como vice e depois como presidente por mais de 23

anos. Atualmente continua atuando na igreja, agora com mais calma, afinal fez 80 anos e a saúde está meio frágil, mas o coração valente.

4.4 A MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

4.4.1 Da luta de Dona Tereza Ribeiro

Dona Tereza já fazia no Rio Grande do Sul um trabalho com a pastoral da criança e da saúde para as comunidades mais pobres na sua comunidade de origem e quando veio para Florianópolis, em 1998, não se aquietou e logo foi atrás de mais serviços voluntários para a organização de sua comunidade, onde através do incentivo do Pe. Vilson Groh, começou a trabalhar como catequista. Seu empenho como catequista foi decisivo para a construção da capela de madeira, que depois de alguns anos foi substituída pela atual “igreja dos mártires” no Alto da Caieira. Mais tarde partiu para a luta social pela comunidade que na época tinha inúmeros problemas básicos para garantir uma vida digna.

Com todos os problemas encontrados tanto na vida pessoal como na luta pelos direitos da sua comunidade, ela nunca esmoreceu, criando e recriando novos relacionamentos com as pessoas a sua volta e atuando com forte liderança no morro, sempre acreditando num cotidiano de uma prática de Jesus principalmente no enfrentamento com um poder público indiferente que só resolveu reivindicação da comunidade depois de muitas e muitas reuniões e até invasões a estes poderes. E ela afirma: “a luta continua dia a dia sem trégua”.

Conforme Dona Tereza, “um sorriso do servir, partilhar vale tudo na vida da gente”, atitude essa muito semelhante à Santa Madre Tereza de Calcutá, quando encontrava uma pessoa carente estrangeira: “*não sei seu idioma, mas posso lhe dar um sorriso fraterno*”.

O Papa Francisco reforça ainda mais esta virtude do sorriso fraterno desta nova santa: “*Se engana quem acha que a riqueza e o status atraem inveja. As pessoas invejam mesmo é o sorriso fácil, a luz própria, a felicidade simples e sincera e a paz*”.

Dona Tereza apresenta admiração pelos mártires da igreja, especialmente a líder sindical Margarida Maria Alves. Nascida em 05 de agosto de 1933, sendo a caçula em uma família de nove irmãos, em Alagoa Grande/PB⁵⁹. Margarida era negra, casada com Severino Casi-

⁵⁹ GOVERNO FEDERAL. **Cidadania e justiça**: Prêmio Margarida Alves. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/07/premio-margarida-alves-recebe-inscricoes-ate-30-de-agosto>>. Acesso em: 04 set. 2016.

miro Alves e tinha um filho (José de Arimatéia). Desde muito cedo, por necessidade de sobrevivência, Margarida estava presente nos trabalhos do campo, e já sentia a necessidade de buscar melhorias para seus companheiros de trabalho, e foi através da ajuda e influência do Pe. Geraldo, que a católica Margarida começou a se inserir no Sindicato Rural de Alagoa Grande/PB.

Importante ressaltar que neste período de juventude até o seu amadurecimento político, Margarida vivia em um contexto em que o Brasil estava deixando de ser um país cujo sistema político era baseado em “trocas de favores” entre o governo central e os poderes locais, o coronelismo, no qual os trabalhadores rurais, desprovidos de qualquer estrutura que lhes possibilitasse mudança de vida, eram dependentes do coronel: em sua grande maioria analfabetos, sem assistência médica, sem capital cultural que lhes permitissem certa autonomia da consciência, os trabalhadores rurais viam na imagem do coronel o benfeitor, único que faria algum favor para eles. Este período, marcado pelo fim da República Velha (1889-1930), deu a Getúlio Vargas seu primeiro mandato como presidente do Brasil, através de um governo provisório, no qual governava por decretos e com amplos poderes.

Neste sentido, com a Constituição de 1937, promulgada por Vargas, em um regime centralizador, por vezes autoritário, o Brasil vinha modificando-se profundamente à procura de se ajustar às necessidades econômicas e sociais da época. Nesta, Era Vargas, então, é estimulada a expansão de atividades urbanas, e o eixo da economia é deslocado da agricultura para a indústria, modernizando-se a economia brasileira. Foi neste período de ditadura Varguista, no entanto, que se viu emergir alguns direitos sociais trabalhistas. Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, os trabalhadores urbanos passam a ter alguns direitos que garantiam melhores condições de trabalho. Porém, tais direitos não alcançaram os trabalhadores do campo, que desde sempre foram marginalizados no que concerne aos seus direitos como cidadãos e trabalhadores, pois agora a economia girava em torno da indústria e não mais da agricultura.

Em termos políticos tivemos retrocesso, visto que em 1937 Vargas instaurou a ditadura apoiado pelo aval dos militares instituindo o Estado Novo. As discussões historiográficas e sociológicas evidenciam uma controvérsia sobre a criação de direitos sociais. Parte dos estudiosos afirma que esses não resultam de uma organização dos trabalhadores, mas sim de uma concessão de governos autoritários, uma maneira de controlar e impedir embates sociais que colocassem em risco a auto-

nomia do governo, e esses direitos nunca chegaram de fato aos trabalhadores rurais, enquanto outros recusam essa tese.

Depois da breve experiência democrática (1945 até 1964), com o fim do Estado Novo, o Brasil entrou, do ponto de vista dos direitos civis e políticos, nos anos mais sombrios da sua história.

A partir de 1964, durante o período em que Margarida esteve à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (1971-1983), o Brasil passava por várias lutas entre as classes sociais, e vivia o regime civil-militar (até 1985). Os presidentes que governaram nestes anos foram: Emilio Médici - 30/10/1969 - 15/03/1974; Ernesto Geisel - 15/03/1974 - 15/03/1979; João Figueiredo - 15/03/1979 - 15/03/1985.

Neste período, o presidente Emílio Médici, era considerado um militar linha-dura, a imprensa sofria com a censura e a oposição cessada com violência. O lema do governo militar era “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Tempos mais tarde, Geisel mantém uma postura conservadora em relação à abertura política, revogando o AI-5, dando direito ao próximo presidente de decretar Estado de Sítio a qualquer instante.

No que se refere aos direitos sociais, houve uma sensível melhora na época dos militares. Foram criados o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Banco Nacional de Habitação (BNH), e em 1974 o Ministério da Previdência e Assistência Social. Mesmo assim o cenário dos trabalhadores e, principalmente os rurais, era consideravelmente defasado e marginalizado.

Os trabalhadores predominantemente do espaço rural, a partir de sua organização, contribuíram para o avanço do processo de democratização com greves e reivindicações. Diante deste contexto, Margarida não se restringia a uma jornada de trabalho no campo; era esposa, mãe, dona de casa e líder sindical. O início de suas atividades nas organizações de trabalhadores rurais foi como tesoureira do sindicato rural, acabando por ser eleita como presidente do sindicato tendo lá permanecido por 12 anos. Período em que moveu mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da região o que fez dela uma liderança política na região.

Margarida foi mais além, lutando por direitos básicos que já estavam garantidos para os trabalhadores urbanos como vimos acima, tais como o 13º salário, férias anuais, carteira de trabalho assinada e jornada de trabalho de 8 horas.

Diante do quadro de descaso histórico do Estado que com suas políticas abandonou ao longo do século XX a agricultura familiar, sabe-se que a população rural sempre foi condenada ao esquecimento. O

êxodo rural realizado por milhares de famílias em busca de melhores condições de vida trouxe como consequências para o país a concentração de terras e rendas nas mãos de poucos, o desemprego e uma concentração urbana sem planejamento, aliados a violência e marginalização urbana. E o tipo de agricultura priorizado pelas políticas do Estado agora era a capitalista patronal – monocultura exportadora que atende ao mercado global.

Em uma perspectiva pessimista, esses agricultores seriam legados ao desaparecimento ou ao aprimoramento de suas técnicas, visando se inserir no novo tipo de agricultura para sobreviver. Nossa personagem sempre se preocupou com a educação do trabalhador rural, tendo ajudado a fundar o “Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural”, do qual foi diretora, de 1981 a 1983 (Woortmamnn, 2006). O centro de educação tinha o intuito de contribuir também com um modelo de desenvolvimento rural e urbano sustentável, a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

Margarida foi morta na porta de sua casa no dia 12 de agosto de 1983, na presença de sua mãe, seu marido e filho, com um tiro de espingarda no rosto.

Após sua morte, Margarida tornou-se um símbolo político e representativo das mulheres trabalhadoras rurais. Em 1988, Margarida recebeu, postumamente, o Prêmio Pax Christi Internacional (Paz de Deus, em latim), movimento católico de respeito aos direitos humanos, justiça e reconciliação em regiões devastadas por conflitos.

Mas a prática cotidiana de seguidora de Jesus de Dona Tereza é evidenciada ao longo destes anos que participou, combativamente, de vários movimentos e fóruns na sua comunidade.

Em material guardado com orgulho por ela até hoje, relata duas reuniões no mês de julho de 2005 no auditório da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social de Florianópolis, junto com a comissão executiva do Fórum do maciço do Morro da Cruz, onde se tratou, conforme ata de 04 de julho, onde o “*Padre Vilson falou do projeto das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social elaborado pela prefeitura e encaminhado pelo prefeito Dário Berger à câmara dos Vereadores ressaltando a presença neste dia de representantes do Fórum, secretários do município e do governo do Estado, o que caracterizou a importância deste projeto. Solicitou que a comissão do Fórum, encarregada de acompanhar o projeto, procurasse saber esta semana em que comissão ele está tramitando na Câmara. Passou a seguir outro assunto: a solicitação para que na próxima reunião o secretário de obras da Prefeitura, Djalma Berger, esteja presente para tratar de assuntos de*

sua pasta, assim como o secretário da Saúde, Dr Juca. Segundo o padre Vilson há necessidade de uma parceria entre as comunidades e a Secretária da Saúde no que se refere ao mapeamento que vem sendo feito pelos agentes de saúde nas comunidades do Maciço. Pe Vilson sugeriu que o assunto a ser tratado com o secretário Juca seja um encontro com os agentes de saúde a fim de conscientizá-los sobre a necessidade de ampliação do projeto. A secretária Rose Berger comprometeu-se a conversar com o secretário Juca para marcar a reunião para tratar deste assunto. Ainda relativo a este assunto Rui Alves sugeriu que seja feita divulgação sobre a pesquisa dos agentes de saúde nos morros através da mídia para que a população saiba o que está sendo pesquisado e para quê. Neste momento o secretário da Habitação, Atila Rocha dos Santos esclareceu o objetivo da pesquisa que está feita em cem por cento das comunidades carentes: seria de identificar as famílias que moram nestas regiões e que tenham interesse em retornar para a área rural, isto no caso de estarem residindo há menos de 10 anos na cidade, porque após este período perde-se o vínculo com o campo, afirmou. Citando dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2004, o secretário revelou que havia 25.616 habitantes na região do Maciço e uma população de 102 mil habitantes no entorno. Neste momento Rose Berger sugeriu que se formasse uma pequena comissão para discutir com as comunidades os futuros Clubes Sociais (equipamentos de educação, lazer, esporte, cultura e profissionalização) localizados no Morro da Cruz, que atenderão a três das seis comunidades. A seguir, a moradora da Vila Santa Rosa, Ivonete, falou da angústia vivida pelos moradores da sua comunidade que aguardam o prefeito Berger para que cumpra sua palavra e desaproprie a área para que 130 famílias não sejam despejadas na rua. Para ela, o prefeito deve dar uma basta a especulação imobiliária e por fim dar uma solução política ao problema. *‘A gente sabe que tem como ficar ali’, completou*”.

Em outro fórum, no mesmo local da prefeitura de Florianópolis no dia 11 de julho, “foi tratado a questão do lixo com o Sr. Juca da Comcap com levantamentos das necessidades existentes pelos moradores em quais pontos específicos a serem colocados estas lixeiras e o Sr. Rui coloca a construção de duas lixeiras no Morro da Mariquinha. Com a palavra o Sr. Rui se manifesta pedindo presença da Floram em nossas reuniões para tratarmos das questões ambientais, pois sente a falta de políticas públicas, como programas educativos de conscientização ambiental nas nossas comunidades quanto esta questão. E como conclusão dos assuntos neste primeiro momento ficou concluído o seguinte: o Sr. Juca deve elaborar um projeto educativo ambiental articu-

lado com todos os órgãos competentes e as comunidades do Maçico. A Sra. Clementina pede prazo na execução das lixeiras, mas Sr. Juca informa que devido a demanda levantada a todo o momento e as dificuldades de execução face aos próprios contratempo da comunidade, mas as que já estão programadas devem ser executadas. A Sra. Rose se incumbiu pessoalmente de encaminhar um ofício para a Floram para participarem das nossas reuniões com o intuito de amadurecermos essa ideia. Sugeri ainda que a construção das lixeiras fosse realizada em mutirão com as comunidades para uma melhor interação e conscientização quanto uso destas. O Pe. Vilson informou da aula que iria realizar no dia 14 uma corrente na academia da polícia tratando do assunto de segurança visto pelas periferias. Em seguida as perguntas e reivindicações deverão ser feitas ao Sr. Carlos representante da Secretaria de Obras Municipais sobre drenagem e pavimentação das ruas, saneamento, limpeza das bocas de lobo, e Sra. Rose salientou de fazer urgente a contenção das encostas e construção do pontilhão. A Sra. Rose deixa registrado que a formação de novas lideranças seria fundamental para que todo esse processo de trabalhos juntos das comunidades não acabe e que se amplie cada vez mais. Como última solicitação, Pe. Vilson pede que a Sra. Rose encaminhe um ofício ao Sr. Governador reforçando a presença se seus integrantes junto as reuniões do Fórum do Maçico juntamente com os secretários do poder público municipal”.

4.4.2 Da luta de Dona Darcy Vitória de Brito

Dona Darcy, 77 anos, professora e educadora pelo magistério e o normal regional, é da gema e tem muito orgulho da sua comunidade do Monte Serrat e veio de uma família muito religiosa, católica, onde sua mãe, pessoa de muita fé em Jesus e Nossa Senhora do Carmo, de uma generosidade extrema sempre ajudava as pessoas vizinhas com o cuidar de seus filhos para que assim suas vizinhas pudessem trabalhar.

Deu aulas na comunidade e outros lugares e sempre se preocupou com as crianças sem proteção familiar na comunidade onde fundou mais tarde a Casa de Acolhimento que leva seu nome. Atuando como catequista por vários anos bem como assumiu outros postos de liderança na luta diária por melhores condições de vida da comunidade imbuída sempre de esperança, ou seja, um fervor grande de fé em Nossa Senhora do Monte Serrat, a qual representa a força na caminhada para a construção do Reino de Deus e também a esperança dos negros em se criar uma consciência crítica libertadora para reivindicar direitos esquecidos ao longo da história do Brasil.

Para Dona Darcy, o viver cotidiano é estar a serviço, dar amor e carinho sempre a quem nos vem procurar. É a Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat sempre com as portas abertas para receber todas pessoas que sofrem. É, como diz o Papa Francisco: “igreja em saída”, que vai ao encontro dos diversos outros, pois “ninguém se salva sozinho, isto é, nem como indivíduo isolado, nem por suas próprias forças. Deus nos atrai, no respeito da complexa trama de relações interpessoais que a vida numa comunidade humana supõe”⁶⁰.

Dona Darcy citou como grandes referências: Antonieta de Barros, com quem conviveu, e a Escrava Anastácia. Foram grandes exemplos mulheres que lutaram pelos seus direitos e não esmoreceram diante das dificuldades.

Antonieta de Barros nasceu em Florianópolis, Santa Catarina, em 11 de julho de 1901. De família muito pobre, ainda criança ficou órfã de pai, sendo criada pela mãe. Ingressou com 17 anos na Escola Normal Catarinense, concluindo o curso em 1921⁶¹.

Em 1922, a normalista fundou o Curso Particular Antonieta de Barros, voltado para alfabetização da população carente. O curso foi dirigido por ela até sua morte e fechado em 1964. Professora de Português e Literatura, Antonieta exerceu o magistério durante toda a sua vida, inclusive em cargos de direção. Foi professora do atual Instituto de Educação entre os anos de 1933 e 1951, assumindo sua direção de 1944 a 1951, quando se aposentou.

Antonieta de Barros notabilizou-se por ter sido a primeira deputada estadual negra do país e primeira deputada mulher do Estado de Santa Catarina. Eleita em 1934 pelo Partido Liberal Catarinense, foi constituinte em 1935, cabendo-lhe relatar os capítulos Educação e Cultura e Funcionalismo. Atuou na Assembleia Legislativa catarinense até 1937, quando teve início a ditadura do Estado Novo. Com o fim do regime ditatorial, ela se candidatou pelo Partido Social Democrático e foi eleita novamente em 1947, desta vez como suplente. Na ocasião, continuou lutando pela valorização do magistério: exigiu concurso para o provimento dos cargos do magistério, sugeriu formas de escolhas de diretoras e defendeu a concessão de bolsas para cursos superiores a alunos carentes.

⁶⁰ FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium***: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Brasília: CNBB, 2013. p. 91

⁶¹ HERÓIS DO MUNDO. **A cor da cultura**: Antonieta de Barros. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/antonietaдебarros>>. Acesso em: 10 set. 2016.

Além da militância política, Antonieta participou ativamente da vida cultural de seu Estado. Fundou e dirigiu o jornal *A Semana* entre os anos de 1922 e 1927. Neste período, por meio de suas crônicas, ela veiculava suas ideias, principalmente aquelas ligadas às questões da educação, dos desmandos políticos, da condição feminina e do preconceito racial. Dirigiu também a revista quinzenal *Vida Ilhoa*, em 1930, e escreveu vários artigos para jornais locais. Com o pseudônimo de Maria da Ilha, ela escreveria o livro *Farrapos de Ideias*, em 1937. Ao longo de sua vida, Antonieta atuou como professora, jornalista e escritora. Como tal, destacou-se, entre outros aspectos, pela coragem de expressar suas ideias dentro de um contexto histórico que não permitia às mulheres a livre expressão; por ter conquistado um espaço na imprensa e por meio dele opinar sobre as mais diversas questões; e principalmente por ter lutado pelos menos favorecidos, visando sempre a educação da população mais carente. Antonieta faleceu no dia 18 de março de 1952.

Sua mãe, escrava liberta, trabalhou como doméstica na casa do político Vidal Ramos, pai de Nereu Ramos, que viria a ser vice-presidente do Senado e chegou a assumir por dois meses a Presidência da República. Graças ao esforço da mãe, ela e a irmã, Leonor, concluíram o que então era conhecido como "curso normal", que formava professoras.

Hoje o auditório da Assembleia leva seu nome, bem como uma comenda oferecida pela Câmara Municipal de Florianópolis.

A EEB Antonieta de Barros está fechada desde 2007, segundo a Secretaria de Educação Estadual, devido a problemas estruturais – o prédio é tombado pelo patrimônio histórico. Segundo a pasta, há um projeto de restauração para transformá-lo em um espaço com biblioteca, local para exposições e salas de aula.

Professora negra aposentada, Valdeonira Silva dos Anjos, de 80 anos, estudou na escola dirigida por Antonieta de Barros e graduou-se em História. Também foi uma das fundadoras do grupo que deu origem à Amab (Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros). “Antonieta é um exemplo. Como mulher negra, foi pioneira em várias áreas e nunca se omitiu”, lembra.

Outro assunto na memória comentado na entrevista foi lembrança da vida da escrava Anastácia devido a um perfil de guerreira que lutou contra a escravidão e se tornou modelo de liderança e resistência, somasse o de milagrosa.

Cultuada no Brasil como santa e heroína, considerada uma das mais importantes figuras femininas da história negra, a vida da escrava

Anastácia é um misto de luta, bravura, resistência, doçura e fé⁶². Nas versões orais ou escritas, os registros falam sobre uma bela mulher que não cedeu aos apelos sexuais de seu senhor e, por isso, foi estuprada e amordaçada. A luta de Anastácia transformou-se em exemplo e até hoje sua força inspira milhares de devotos. A história de Anastácia começa em 9 de abril de 1740, com a chegada no Rio de Janeiro do navio negreiro “Madalena” vindo da África.

No carregamento havia 112 negros Bantus, originários do Congo, para serem vendidos como escravos. Entre eles, estava Delminda, mãe de Anastácia, que foi arrematada por mil réis assim que chegou ao cais do porto. Foi violentada e acabou ficando grávida de um homem branco, motivo pelo qual Anastácia, sua filha, nasceu com os olhos azuis.

Representada como uma mulher forte, guerreira e algumas vezes orgulhosa, Anastácia era conhecida por reagir e lutar contra a opressão do sistema escravista. Era muito cobiçada por sua beleza, mas ao mesmo tempo em que cultivava o desejo, seu comportamento despertava a ira de seus senhores e também de suas mulheres, que não se conformavam com a beleza da escrava.

Anastácia foi sentenciada a usar uma máscara de ferro por toda a vida, que só era retirada na hora de se alimentar. Suportou por anos a violência dos espancamentos, que só terminariam em sua morte. Sua resistência diante da dor e dos maus tratos sofridos acabou por incentivar outros negros escravizados.

Os restos mortais de Anastácia foram sepultados na Igreja do Rosário e sumiram após um incêndio fazendo com que aumentassem as dúvidas a respeito da história da moça. Ao mesmo tempo, a crença popular a tornou um mito religioso. Segundo seus devotos, “A Santa” (como é cultuada dentro das religiões Afro-Brasileiras), é capaz de realizar milagres. Anastácia colocava as mãos no doente e os males desapareciam. Por ironia do destino, o dom que possuía acabou levando Anastácia a salvar a vida do filho do fazendeiro que a violentou.

Em desespero, a família decidiu recorrer à escrava para salvar a vida do menino. Pediram sua ajuda e a Santa realizou a cura, para espanto de todos. Atualmente, muitas entidades estão unidas no propósito de solicitar ao Papa, a beatificação da escrava Anastácia. Ao perfil de guerreira que luta contra a escravidão e a torna modelo de liderança e resistência, soma-se o de milagrosa.

⁶² NASCIMENTO, Thaís. **Anastácia**: resistência negra santificada. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/3526/anastacia-resistencia-negra-santificada>>. Acesso em: 12 set. 2016.

Parte da história de Anastácia foi recuperada em 1968, quando a Igreja do Rosário, no Rio de Janeiro, fez uma exposição em homenagem aos 90 anos da Abolição. Lá foi exposto um desenho de Étienne Victor Arago em que reproduzia uma escrava do século XVIII que usava máscara de ferro, método empregado nas minas de ouro para impedir que os escravos engolissem o metal.

Figura 8 – Imagem representativa da Escrava Anastácia, castigada a usar uma máscara de ferro por toda a vida



Fonte: Wikipedia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Escrava_Anast%C3%A1cia)

Fundado por iniciativa de mulheres do Monte Serrat, para ocupar e proteger suas crianças e jovens, o Centro Cultural Escrava Anastácia leva o nome da mártir. O CCEA atua para organizar um movimento da sociedade civil para implementar processos que apoiem o aumento da consciência dos direitos e o envolvimento na conquista de políticas públicas que deem oportunidades aos setores mais vulneráveis. Realiza hoje importantes projetos como o Procurando Caminho, Menor Aprendiz, Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua, entre outros.

4.4.3 Da luta de Seu Teco

O seu Teco nos seus 80 anos de vida bem vivida nos contou seu amor pela comunidade, o qual vem desde a mocidade, pois participou sempre das organizações comunitárias e de vários tipos de mutirões descritos nas entrevistas.

Seu seguimento de Jesus foi forte após a mudança radical de sua vida e a partir daí sua participação consciente e libertadora foi maior ainda, ocupando vários postos de liderança na comunidade.

Estar sempre disponível em ajudar gratuitamente os vizinhos sempre foi sua marca e hoje sente falta disso, pois as pessoas querem sempre ser remuneradas para ajudar outrem e assim podemos perder a solidariedade nativa, ou seja, amor ao próximo na comunidade que tanto nos orgulha.

E como diz o Papa Francisco: *“olhar o outro com os olhos de amor de Cristo, aprender a abraçar quem passa necessidade, para expressar solidariedade, afeto e amor”*.

5 CONCLUSÃO

Observa-se nestas lideranças do morro um testemunho de vida forte da riqueza humana de olhar de fé do seguimento de Jesus, norteadas pelos passos da Doutrina Social da Igreja, que é o da colaboração com Deus na construção da comunidade humanidade.

Nas palavras de Francisco Orofino no livro *A Hermenêutica Bíblica*, a partir do evangelho de Mateus:

entrar no seguimento de Jesus significa ser capaz de construir a vida estabelecendo relações com os outros, com as coisas bem concretas, com Deus, consigo mesmo, nessa perspectiva desafiadora seria: que eu tenha em mim os mesmos sentimentos que havia em Jesus Cristo”. E mais adiante, pergunta: “o que é vivência da fé? É criar novos relacionamentos a partir da vida ou ser um mero observante da doutrina, de palavras que se ouvem e logo são esquecidas?⁶³.

Na apresentação do tema "a fome no mundo"⁶⁴, Flavio Luis partiu, sobretudo, das Sagradas Escrituras. Falou da fome no Antigo e no Novo Testamento. As lideranças entrevistadas neste trabalho têm em seu coração consciência clara de que a fome tem a ver com falta de uma caridade social, na medida em que se uns tem excesso de bens outros ficam necessitando, e na radicalidade dos evangelhos temos em Mateus claramente: "Pois tive fome e me deste de comer. Tive sede e me deste de beber" (Mt 25,35). E Jesus continua o seu ensinamento exortativo: "Por que tive fome e não me destes de comer. Tive sede e não me destes de beber" (Mt 25,42). E conclui com essas palavras "Em verdade vos digo: todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses pequeninos, foi a mim que os deixastes de fazer" (Mt 25,45).

E mais, se a fome ainda reina em nossas comunidades é porque não temos tido a consciência de que aquele que está passando fome é um irmão meu e, necessariamente, é o próprio Cristo que na pessoa do infeliz sofre. Deste modo, afirma Flavio Luis que "a fome ameaça não

⁶³ OROFINO, Francisco. **A Hermenêutica Bíblica a partir do evangelho de Mateus**. Florianópolis: Facasc, 2014. p. 42.

⁶⁴ D'ABADIA, Joacir Soares, 2015, não paginado.

só a vida das pessoas, mas também a sua dignidade". Com as palavras da CNBB pode concluir esta pequena memória, pois ela afirma: "Garantir o alimento para todos, superando a miséria e a fome, exige de cada um de nós o engajamento pessoal. Mais do que isto, supõe a experiência pessoal do humilde e corajoso processo de gestação de uma nova sociedade, que atenda aos direitos e às necessidades básicas da população: educação, saúde, reforma agrária, política agrícola, demarcação das terras indígenas e das terras remanescentes dos quilombos, distribuição de renda, reforma fiscal e tributária, moradia".

As lideranças atuam de maneira radical para enfrentar os seus problemas diários, o que é salutar, pois isto significa resolvê-los pela raiz, para superar definitivamente os mesmos. Infelizmente, a mídia diariamente confunde o termo "radical" com o termo "sectário", chamando, por exemplo, os "homens-bomba" de radicais, o que está incorreto. Pode-se entender que há mesmo, nesta mídia, uma postura cultural conservadora no sentido de retardar o desenvolvimento de uma consciência social crítica transformadora da nossa sociedade. Mas Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (págs. 22-24), esclarece muito bem esta questão: "A sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isto alienante, a radicalização é crítica, por isto libertadora. Libertadora porque, implicando o enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva. A sectarização, porque mítica e irracional, transforma a realidade numa falsa realidade, que, assim, não pode ser mudada. Parta de quem parta, a sectarização é um obstáculo à emancipação dos homens". E continua: "O sectário, por sua vez, qualquer que seja a opção de onde parta na sua "irracionalidade" que o cega, não percebe ou não pode perceber a dinâmica da realidade ou a percebe equivocadamente e como não a transforma, sua postura política fica reacionária (conservadora), porque se apropriando do tempo cujo saber se sentem igualmente proprietários, um saber estéril, terminam sem o povo, uma forma de estar contra ele. (...) O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em "círculos de segurança", nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical, quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la". "Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento (tirar o véu) do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertadores

dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar. Se a sectarização é própria do reacionário, a radicalização é própria do revolucionário”.

Para o cardeal Dom Aluísio Lorscheider, a Igreja, com seu ensino social, não pretende indicar um sistema socioeconômico alternativo, nem formular um seu projeto bem definido de sociedade. Essa tarefa pertence aos grupos e às comunidades que desempenham papéis sociais e políticos. Os cristãos são chamados a exercer discernimento permanente. A opção dos fieis cristãos deve ser sempre um modelo humanizante das relações socioeconômicas conforme os valores fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana: a verdade, a liberdade, a justiça, a solidariedade, a paz, a fraternidade. O ensino social da Igreja não quer ser uma terceira via, mas oferecer princípios, critérios e diretrizes a partir do Evangelho, em prol da pessoa humana e da sociedade, para que a convivência social entre todas as criaturas humanas, entre os povos, seja justa, fraterna, solidária. É por isso que todo o povo de Deus se deve empenhar.

Para popularizar a Doutrina Social da Igreja entre os jovens foi editado recentemente o DOCAT, que é uma tradução popular da Doutrina Social da Igreja Católica, tal como foi desenvolvida em importantes documentos desde Leão XIII até agora no pontificado do Papa Francisco, que escreveu pessoalmente um desafiante prefácio⁶⁵. Ali ele nos diz que **“com a força do Evangelho, podemos mudar realmente o mundo”**. O sonho do Papa é que esta mudança aconteça pelas mãos dos jovens. **“Eu espero que um milhão de jovens, mais ainda, que uma geração inteira seja, para os seus contemporâneos, uma Doutrina Social em movimento”**, diz o Santo Padre. Para Francisco, **“o mundo só mudará quando homens com Jesus se entregarem por ele, com Ele forem para as periferias e para o meio da miséria”**. O Papa Francisco desafia todos os jovens a irem para a política e a lutar pela justiça e pela dignidade humana, sobretudo dos mais pobres. **“Um cristão que não seja revolucionário neste tempo, não é cristão”**, diz o Santo Padre.

As entrevistas com as três lideranças na busca pela história do Monte Serrat e Alto da Caieira expressam como chave para a compreensão dos direitos humanos como práxis social transformadora, ou seja, como movimento de luta cotidiana, pois a comunidade evolui bastante

⁶⁵ LAURICIO, Jerônimo. **DOCAT**: a Doutrina Social da Igreja Católica para os Jovens. Disponível em: <<http://www.youcat.org.br/docat-a-doutrina-social-da-igreja-catolica-para-os-jovens-2/>>. Acesso em: 15 set. 2016. não paginado.

neste tempo todo nas lutas reivindicatórias. Por isso, se reconhece hoje um papel de relevância atribuído à comunidade na configuração da cidade de Florianópolis, um papel de destaque, de resistência e de luta pelos direitos humanos. Sendo definida aqui a “práxis social transformadora” como:

a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete a ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática⁶⁶.

Para Marx, era preciso superar duas unilateralidades opostas (a do materialismo e a do idealismo) e pensar simultaneamente a atividade e a corporeidade do sujeito, reconhecendo-lhe todo o poder material de intervir no mundo. **Nesta intervenção consistia a práxis, a atividade “revolucionária”, “subversiva”, questionadora e inovadora, ou ainda, numa expressão sugestiva, “crítico-prática”.**

Adolfo Sánches Vazques formulou com clareza a distinção: “Toda a práxis é atividade, mas nem toda a atividade é práxis”⁶⁷. A práxis é a atividade que, para se tornar mais humana, precisa ser realizada por um sujeito mais livre e consciente. Quer dizer: é a atividade que precisa da teoria.

Na análise da luta destas lideranças por uma vida digna, é o saciar da fome o primeiro embate dentre tantos outros. O advogado Mario Davi Barbosa em seu trabalho, aqui citado várias vezes, resume muito bem nas suas considerações finais do mesmo: “no âmbito dos direitos humanos, colocamos aqui o direito à vida como o primeiro direito a ser lutado, no momento em que a necessidade da comida na mesa passa a ser questão fundamental na comunidade. As mulheres foram peça fundamental nesse desenrolar, porque foram elas lavar a roupa para fora, e lavavam juntas, batalhavam juntas, tempos depois, também unidas,

⁶⁶ KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Karl Marx no século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 25.

⁶⁷ VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 185.

montaram a horta e a padaria comunitária, resultado da necessidade de comer. (...) O direito à dignidade, à moradia digna e à condições dignas de vida também esteve presente nas lutas da comunidade, no início com a colaboração conjunta dos moradores na acolhida dos que chegavam, após na articulação política que reivindicava água encanada nas casas da comunidade, porque não era mais admissível que fossem obrigados a pegar água nas fontes e nas bicas sendo que tinham, ali mesmo na comunidade, um reservatório de água que abastecia – e ainda abastece - o centro da cidade: a Caixa D'água. Também a trajetória pelo calçamento da rua que dá acesso à comunidade (General Vieira da Rosa), que só foi possível nos anos 80 do século XX, cerca de 60 anos após o povoamento da comunidade, logo após isso outras ruas foram igualmente calçadas, como o acesso ao Pastinho, configurando uma vitória aos moradores que em muito tempo tiveram que conviver com vias de acesso sem calçamento, o que dificultava ainda mais a vida nos dias de chuva, só para se ter uma ideia (...) Mas talvez o processo mais importante, e que culminou nesses todos outros processos, num sentido amplo, foi a luta *pelo direito a ter direito*. Essa luta se mostrou numa verdadeira luta pela cidadania, pelo direito a um espaço na configuração da cidade, por possibilidades de viver além das (im)possibilidades impostas por essa configuração excludente e seletiva de Florianópolis. Foi *pelo direito a ter direito* que Dona Catarina conseguiu na sua velhice, após muita luta, a sua aposentadoria e assim como ela muitas outras “Catarinas” que trabalharam uma vida toda e precisavam, ao menos, de um mínimo de condições na sua velhice (...) Foi na luta, no embate e na resistência que o morro conquistou sua cidadania e seus direitos, essa luta ainda continua nos moradores da comunidade e que pretende ser uma construção sem ponto final”.

Concluindo, não resta dúvida que as lideranças entrevistadas destas comunidades não são só adeptas (eu sou ainda) de Jesus, mas seguidoras de seu exemplo em servir aos outros com alegria e perseverança. Pois na sua dura realidade são testemunhas cotidianas na construção do Reino de Deus aqui e agora, combatentes do mal de toda espécie, principalmente daqueles que veem o mundo só para saciar sua ganância material através da busca do poder por si só e nada mais, personas de índole corrupta adoradores de si mesmo e não precisam de Deus, como fala Papa Francisco.

Todos que queremos um novo modelo de sociedade e para tanto seria muito importante que estas lideranças entrevistadas chegassem realmente ao poder político decisório e assim transformá-lo radicalmente, libertando-nos da “alienação” ou “estranhamento”. Isto é, sensação

esta sentida em nosso cotidiano dito “cristão”, pertencentes que somos de uma sociedade onde o “eu” solidário e fraterno não bate com o “eu” competitivo e egoísta; a ética pessoal não bate com ética pública; a partilha é contida muitas vezes pois posso ficar sem emprego amanhã; a moral me dita uma regra e a economia outra; o preconceito de classe contra os pobres ainda perdura, *nosso pecado social maior* ; o dinheiro como instrumento de libertação possível, difícil de se conseguir versus o dinheiro idolatrado, mais fácil de se conseguir, através de práticas comerciais ilegais e da corrupção política tão presente atualmente em nosso país. **Em poucas palavras: o Ter mais importante que o Ser.**

Antes que chegue a “dormição”, homens de boa vontade, qual modelo de sociedade que vocês sugerem para superar estas contradições?

REFERÊNCIAS

ALVES, Antonio Heliton. **Pessoa e Trabalho, num contexto de mudança de época, à luz da doutrina social da Igreja**. 134 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 13. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5831/1/421642.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2016.

ALVES, Antonio Heliton. [s.l.]. Disponível em: <www.cnd.org.br/.../33-xii-encontro-de-formadores?...doutrina-social...antonio-heliton>. Acesso em: 20 set. 2016.

ARAÚJO, Camilo Buss. **A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Groh: a construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat**. Florianópolis: Insular, 2004.

BARBOSA, Mário Davi. **Comunidade, identidade e exclusão: uma abordagem da luta dos moradores da comunidade Monte Serrat pelos direitos humanos**. CESUSC, 2010. Disponível em: <<http://virtual.cesusc.edu.br/portal/externo/direito/wp-content/uploads/2010/05/COMUNIDADE-MONTE-SERRAT-artigo.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2016.

BLUMEMBERG, Abelardo Henrique. **Quem vem lá? A história da Copa Lord**. Florianópolis: Garapuvu, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE V, 2007, Aparecida. **Documento de Aparecida: texto conclusivo**. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulus; São Paulo: Paulinas, 2007.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

D'ABADIA, Joacir Soares. **A Doutrina Social da Igreja, hoje, a Partir de uma visão antropológica**. [s.l.]. Disponível em: <

<http://www.webartigos.com/artigos/a-doutrina-social-da-igreja-hoje-a-partir-de-uma-visao-antropo-logica/28654/>>. Acesso em: 04 set. 2015.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium***: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Brasília: CNBB, 2013. p. 91

GOVERNO FEDERAL. **Cidadania e justiça**: Prêmio Margarida Alves. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/07/premio-margarida-alves-recebe-inscricoes-ate-30-de-agosto>>. Acesso em: 04 set. 2016.

GROH, Vilson. **Labirintos de esperanças**: o significado pedagógico das histórias de vida de lideranças populares na trajetória comunidade, CEDEP, orçamento participativo na cidade de Florianópolis, 1998. 270 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

HERÓIS DO MUNDO. **A cor da cultura**: Antonieta de Barros. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/antonietadebarros>>. Acesso em: 10 set. 2016.

JOÃO PAULO II. Discurso de abertura à Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Puebla. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paulii/pt/speeches/1979/january/documents/hf_jpii_spe_19790128_messico-puebla-episc-latam.html> Acesso em: 05 jul. 2016.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Karl Marx no século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 25.

LAURICIO, Jerônimo. **DOCAT**: a Doutrina Social da Igreja Católica para os Jovens. Disponível em: <<http://www.youcat.org.br/docat-a-doutrina-social-da-igreja-catolica-para-os-jovens-2/>>. Acesso em: 15 set. 2016. não paginado.

LUCCI, Elian Alabi. A globalização e a Doutrina Social da Igreja. [s.l.]. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur27/elian.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2016. não paginado.

NARZETTI, Willian Carlos. **Parcerias e responsividade por uma rede de informações**: análise dos aspectos socioeconômicos e das organizações da sociedade civil que atuam nos territórios do maciço do Morro da Cruz - Florianópolis/SC. 189 p. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_arquivos/4/TDE-2015-04-06T135558Z-2005/Publico/121386.pdf>. Acesso em 20 ago. 2016.

NASCIMENTO, Thaís. **Anastácia**: resistência negra santificada. Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/3526/anastacia-resistencia-negra-santificada>>. Acesso em: 12 set. 2016.

OBSERVATÓRIO FLORIANÓPOLIS. Florianópolis. [s.l.]. Disponível em: <<http://minhafloripa.tur.br/observatorio/florianopolis/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

OROFINO, Francisco. **A Hermenêutica Bíblica a partir do evangelho de Mateus**. Florianópolis: Facasc, 2014.

PACHECO, Maria da Rosa. **Gestão democrática e relação escola-comunidade: um estudo sobre a experiência no Morro da Cruz, Florianópolis, SC**. 219 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2007. p. 39. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1936/gestao%20democratica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 15 ago. 2016.

PASSOS, Viviane Andrade dos. Os direitos sociais na constituição brasileira de 1988. [s.l.]. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4039>. Acesso em: 22 ago. 2016.

PEDRO, Joana Maria. **Negro em terra de branco**: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento ambiental**. Projeto Maciço do Morro da Cruz. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entida>>.

des/habitacao/index.php?cms=projeto+macico+do+morro+da+cruz&menu=9>. Acesso em: 18 ago. 2016. não paginado.

RECCO, Claudio. A Doutrina Social Católica. [s.l.]. Disponível em: <[http:// www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=851](http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=851)>. Acesso em: 05 jul. 2016. não paginado.

RIFKIN, Jeremy. **A Era do Acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001.
PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 658 p. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009. Disponível em: <<http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/Tese-03-PGCN0383-T.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2016.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.